AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 32 | Nº 05 | MAIO 2012 | R$ 15,00

FGV
GVagro
Centro de Agronegócio

ISSN 0100-4298



RENTABILIDADE DA CANA

A DECISÃO ENTRE PRODUZIR OU ARRENDAR A TERRA

CHINA COMO O PAÍS ASIÁTICO INFLUENCIA O MUNDO

BIOCOMBUSTÍVEL GOVERNANÇA DA SUSTENTABILIDADE

LEITE PROJETO EM MG MELHORA RESULTADO PARA PRODUTOR

06 de agosto de 2012

Sheraton São Paulo WTC Hotel



Brasil Alimentos e Energias
Seguranças Globais

11º Congresso Brasileiro do Agronegócio

Informações e Inscrições
Tel. (11) 3854-8060
www.abag.com.br

abag

O agronegócio é o seguinte

Competitividade do agronegócio brasileiro

O DEBATE econômico recente tem se voltado em torno da questão da eventual existência de um processo de desindustrialização em curso no País. Esse tema ganhou impulso após a divulgação dos dados recentes sobre o Produto Interno Brasileiro (PIB) pelo IBGE, com a queda significativa de participação da indústria nacional sobre o produto. O principal vetor desse processo é a apreciação do real frente às demais moedas, com a corrosão da competitividade da indústria brasileira. A política industrial posta em prática pelo governo Dilma (isenção fiscal, desoneração de folha, margem de preferência e juros menores) visa reequilibrar esta situação.

As informações e as análises desenvolvidas no Fórum Outlook 2012, promovido pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, também são importantes para o agronegócio brasileiro. Para eles, o cenário é de enfraquecimento da atividade econômica global. Nesse contexto, ao contrário do Brasil, o enfraquecimento do dólar *vis-à-vis* outras moedas garante a competividade das exportações dos produtos agropecuários norte-americanos. Para 2012, as arrecadações com estes embarques serão a segunda, do ponto de vista histórico, apenas atrás das de 2011. A safra mundial recorde tende a enfraquecer os preços e reduz os volumes de exportação.

A China tem sido a locomotiva que puxa toda a economia mundial, no entanto, o país possui desequilíbrios estruturais que precisam ser corrigidos. A preocupação está em fazer isso sem prejudicar a economia mundial. Ao mesmo tempo em que todos dependem da China, é consenso que ela não tem como sustentar o ritmo de crescimento observado nos últimos anos com o restante do mundo andando mais devagar.

Com a divulgação dos resultados da safra 2011/12, ***Agroanalysis*** faz uma análise do resultado obtido com o plantio da cana-de-açúcar e o compara a receita obtida com o arrendamento da terra. Levando-se em conta o resultado observado e os riscos assumidos no plantio, o arrendamento pode ser uma opção altamente viável.

Perto da realização da Rio+20, outra matéria interessante refere-se à emergência da governança socioambiental entre governos, ONGs e sociedade civil, como nos sistemas de certificações. Na pecuária de leite de Minas Gerais, o Sebrae lidera o Projeto Educampo e constata positivamente que, ao levar a assistência técnica aos produtores, eleva a produção e aumenta a arrecadação para os cofres públicos.

A reunião do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag), da Fiesp, debate a conjuntura das carnes. O frango é considerado um *case* de enorme sucesso, com crescimento expressivo tanto na produção como nos embarques externos. Para os próximos anos, trata-se da proteína animal com maior perspectiva de crescimento.

O caderno especial de ***Agroanalysis*** apresenta uma análise sobre as perspectivas da temporada 2012/13 sobre a cadeia produtiva sucroenergética na região Centro-Sul. A conjuntura é problemática, com a perspectiva de atingir seu ponto mais crítico. A falta de investimentos na reforma e na expansão dos canaviais, a partir da crise financeira de 2008, além das sucessivas adversidades climáticas que vieram a seguir, leva a ponderar sobre uma nova redução na colheita. O endividamento setorial é bem elevado e crítico. Muitas empresas deverão interromper as suas atividades, sem as perspectivas de voltarem a produzir. Como a competitividade do etanol com a gasolina perde força, a desvalorização do real, a maior oferta de crédito e as boas cotações do açúcar poderão ajudar a minimizar o impacto desse contexto desfavorável. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

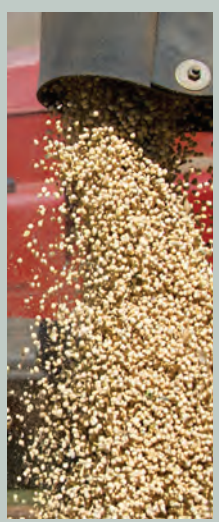
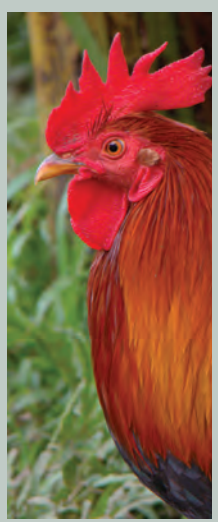
Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Raphael Messias
Fotos: iStockphoto e Stock.xchng
Secretaria e administração: Debora Durazzo
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Debora Durazzo - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: debora.brito@fgv.br
Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Suplentes: Aldo Floris (Brookfield Brasil Ltda.), José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o *site*
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio


Abre Aspas

6 Ágide Meneguette

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
12 Frases e comentários

Mercado & Negócios

13 China
16 Organização Mundial do Comércio
18 Cana-de-açúcar
20 Mercado de combustível
22 Bolsa Brasileira de Mercadorias
23 Agricultura nos EUA

Gestão

25 Mercado internacional de biocombustíveis
28 Leite
30 Eficiência produtiva

Agroenergia

32 Etanol

Especial Canaplan

33 Cana-de-açúcar: Perspectiva para a safra 2012/13 Região Centro-Sul

Especial Andef

41 Política agrícola

Especial Cosag

42 Avicultura brasileira

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Mercado & Negócios



18 Cana-de-açúcar

Gestão



30 Eficiência produtiva

Especial Canaplan



33 Cana-de-açúcar: Perspectiva para a safra 2012/13 Região Centro-Sul

Ágide Meneguette
Presidente do Sistema da Federação da Agricultura do Paraná (Faep)

O mundo precisa de uma nova era na tecnologia

Por Paulo Roque

PARA O presidente da Faep, no Brasil há espaços para ser desenvolvida uma agropecuária com o estado da arte da tecnologia atual. "O que dirá quando estiverem disponíveis novas tecnologias capazes de permitir um novo salto na produção", diz Meneguette, que, aqui, fala sobre o potencial do agronegócio brasileiro e os seus desafios.



"...o Brasil é a bola da vez e precisa aproveitar esta oportunidade."

AGROANALYSIS Qual a expectativa para o futuro da agropecuária diante da perspectiva do constante aumento da população mundial?

ÁGIDE MENEGUETTE De um modo geral, a agropecuária não tem muito do que se queixar nestes últimos tempos. Apesar da política cambial, da falta de infraestrutura e de diversos problemas não resolvidos e que continuam prejudicando o setor, os preços foram razoavelmente bons. A prova disso foram os espetaculares números obtidos pelo agronegócio nas exportações. O saldo líquido do agronegócio, isto é, exportações menos importações, alcançou, em 2011, a cifra de US$ 75 bilhões. Vinte por cento a mais que no ano anterior. Esta performance é que garante a balança comercial do Brasil.

Há, atualmente, uma preocupação quanto à capacidade de produção de alimentos no mundo. Já somos sete bilhões de pessoas, e há um acelerado movimento de urbanização no mundo inteiro, exigindo mais comida e de melhor qualidade. Países como China, com 1,3 bilhão de habitantes, e Índia, quase chegando lá, não possuem áreas para aumentar a produção agropecuária. A Europa e os Estados Unidos, idem. As possibilidades de obtenção de novas áreas para a agricultura estão limitadas à África e à América Latina. A África tem problemas sérios de tecnologia. É um continente extremamente atrasado e com divisões políticas e étnicas. E na América Latina o Brasil é a grande esperança para abastecer o mundo de alimentos. Aqui ainda existem áreas ociosas que podem ser utilizadas sem agredir o meio ambiente.

Temos espaços onde pode crescer uma agropecuária com o estado da arte da tecnologia atual. O que dirá quando estiverem disponíveis novas tecnologias capazes de permitir um novo salto na produção, como foi a partir dos anos 1960 na Revolução Verde, uma vez que as tecnologias atuais estão no limite para novos ganhos de produtividade. É possível, entretanto, aumentar a produção naqueles bolsões atrasados e em áreas degradadas, o que já significará um grande aumento de produção.

Mas o que o mundo precisa é de uma nova era na tecnologia, que talvez a engenharia genética possa nos dar em médio prazo. Em todo o caso, o Brasil é a bola da vez e precisa aproveitar esta oportunidade, principalmente no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste onde ainda há disponibilidade de terras.

AGROANALYSIS O Paraná é um Estado importante nesse setor, mas está com sua fronteira agrícola esgotada. Qual o caminho?

MENEGUETTE O Paraná pode aproveitar esta oportunidade que se desenha para o Brasil. Nossa fronteira agrícola, em termos espaciais, está realmente inteiramente ocupada. A única possibilidade é incorporar áreas ainda subutilizadas, usando tecnologias modernas. Para exemplificar: a média da produção de milho no Paraná está em sete toneladas por hectare, lembrando que existem propriedades que alcançam 12 toneladas. Como média, significa que um grande número de propriedades está colhendo menos de sete toneladas, mas têm condições de aumentar substancialmente a sua produção se forem induzidas a utilizar novos métodos de plantio. Igualmente, nossos índices de produtividade na pecuária bovina de corte e leite podem crescer substancialmente. Contudo, há problemas para uma empreitada como esta: a nossa estrutura fundiária de pequenas e micropropriedades, que estão perdendo escala para suportar a produção de *commodities* como soja, milho e trigo.
O Paraná deve investir nos recursos humanos de que dispomos, sem o que nenhuma tecnologia poderá surtir os efeitos na produção e produtividade. Tenho a certeza de que a agropecuária e o agronegócio do Paraná têm um futuro promissor se realmente levarmos a sério o desafio.

AGROANALYSIS De uma maneira geral, a renda no setor de grãos melhorou nestes últimos anos. Com a estiagem na região Sul, qual é a visão para a safra 2011/12?

MENEGUETTE O Paraná teve um prejuízo que beira R$ 5 bilhões. Perderam-se 20% com a seca, que, para muitos, não podem ser compensados pelos preços, e é claro que esse prejuízo vai se refletir na próxima safra. Temos insistido constantemente para que o governo federal resolva o seguro rural de renda para evitar que desastres como o desta safra se repitam. O seguro traz normalidade ao setor, como já ocorre em outros países.

> “...sai mais barato bancar o seguro que negociar as dívidas dos produtores...”

AGROANALYSIS Por que o seguro rural possui tanta dificuldade para deslanchar no Brasil?

MENEGUETTE Porque o governo federal ainda não entendeu a sua importância e, desta forma, permite ao Congresso cortar os recursos do orçamento destinados a bancar o seguro, como ocorreu no ano passado. Até hoje não foi integralizado o Fundo de Catástrofe, que daria sustentação às ações das seguradoras. Sai mais barato bancar o seguro que negociar as dívidas dos produtores.

AGROANALYSIS Como a Faep olha essa questão da Agricultura de Baixo Carbono (ABC)?

MENEGUETTE A Faep está tão interessada, que, através do Senar Paraná, mobilizou uma parceria com Banco do Brasil, Embrapa, Iapar e Emater para promover um curso de 96 horas para elaboração e acompanhamento de projetos de financiamento do Programa. Não é apenas uma questão de defesa do meio ambiente, mas também uma forma de aumentar a produção através da produtividade, com um aproveitamento mais racional da propriedade. O curso, destinado a engenheiros agrônomos e veterinários, vai formar uma turma de 180 técnicos. Se for necessário, o Senar vai custear novos cursos. Os financiamentos do ABC não são iguais aos financiamentos comuns de custeio e investimento rurais. É preciso pesar bem o que cada projeto representa na redução ou até na absorção de Gases do Efeito Estufa. E ter tecnologia para acompanhar cada um dos projetos financiados. Se bem implantados, além de resguardar o meio ambiente, esses projetos serão benéficos para os produtores rurais e para a produção do País.

AGROANALYSIS O câmbio, a tributação e a logística podem atrapalhar o crescimento do agronegócio brasileiro?

MENEGUETTE E como atrapalham. Nos últimos anos, não fossem os bons preços internacionais para nossas *commodities*, os prejuízos dos produtores seriam enormes. Eles compensam a defasagem cambial. Imaginem se o valor do dólar ou do euro estivesse ajustado ao que deveria ser. O câmbio costuma ser avaliado pelo efeito devastador na indústria, mas não é só a indústria que perde.
O mais sério, porém, de todos os entraves é a logística. O Brasil tem rodovias sucateadas ou caras quando têm pedágio. As tarifas ferroviárias deveriam ser bem mais baratas que o frete rodoviário, mas são altas, o que faz com que este modal, hegemônico no transporte de grandes cargas na maioria dos países, ainda não tenha predominância num país tão grande como é o Brasil. E o que dizer dos portos? Sem calado, com equipamentos velhos e ineficientes, custa caro exportar, o que significa reduzir o preço pago ao produtor rural, já que as *commodities* agropecuárias têm seus preços formados no destino e não na sua origem.



> “O Paraná já é o grande produtor e exportador de frangos. Agora quer ser também de carne suína e bovina.”

AGROANALYSIS Em sua opinião, o que deve ser feito?

MENEGUETTE Quanto ao câmbio, o governo deve intervir com mais vigor. A reforma tributária deveria ter sido feita há anos, não só para reduzir a carga, mas para simplificar a sua cobrança. A logística brasileira é um desastre. Se o governo não tem recursos para investir em infraestrutura, que passe para a iniciativa privada, como já ocorre em grande parte do mundo. E que as suas agências reguladoras coíbam os abusos que forem cometidos pelas concessionárias. Se nós formos esperar que o governo construa estradas, ferrovias e modernize os portos, não vamos poder aproveitar a grande oportunidade que está se abrindo para o agronegócio brasileiro.

AGROANALYSIS A cadeia sucroenergética, depois do sucesso na década passada, parece sem rumo.

MENEGUETTE E está mesmo sem rumo. Ocorrem várias coisas: o preço do etanol está contido, porque a Petrobras – por ordem do governo – mantém os preços da gasolina e do diesel contidos embora os preços internacionais tenham subido. E como o preço do etanol tem de guardar um percentual do preço da gasolina, isso desestimula o aumento da produção, a ponto de o Brasil – o grande difusor do etanol como combustível e possuidor de imensas áreas de terra – ser hoje um importador. Acrescente-se a isso a falta de financiamento para renovação de lavoura, o que contribui para a queda da produtividade. O governo criou uma linha de crédito para as lavouras, mas os seus resultados só vão aparecer daqui a dois ou três anos. Esta grande inovação brasileira, o motor *flex*, acaba comprometida.

AGROANALYSIS Na pecuária de corte, o que falta para o Estado do Paraná ser reconhecido como livre de febre aftosa?

MENEGUETTE O Paraná já é reconhecido como livre de febre aftosa com vacinação. O que queremos agora é avançar para sermos reconhecidos como livres sem vacinação. Para isso, o governo do Estado, por sugestão da Faep, está implantando a sua Agência de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, com mais autonomia e flexibilidade que o atual Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (Defis) que deixará de existir. Contratará mais técnicos para a fiscalização e dotará a agência do equipamento necessário. O Paraná já é o grande produtor e exportador de frangos. Agora, quer ser também de carne suína e bovina.

AGROANALYSIS Muito se discute nos últimos tempos sobre a imagem do agronegócio. Este problema de fato existe?

MENEGUETTE Existe, sim, principalmente o preconceito em relação ao produtor rural. Embora os urbanos se deliciem com o café da manhã, um bom almoço e um lauto jantar, acusam os produtores de serem os devastadores do meio ambiente. Ora, para produzir não houve como não derrubar a floresta, mas isso não é feito com a irresponsabilidade que os ambientalistas acusam. Vejam que o Brasil é o país das florestas: 60% do seu território são cobertos por mata nativa, principalmente na Amazônia, e mesmo num Estado como o Paraná, são grandes as reservas preservadas. O agronegócio é louvado pelos superávits líquidos que proporciona na nossa balança comercial, sem os quais o País já teria falido, mas grande parte da opinião pública é incapaz de ligar o sucesso do agronegócio à sua base – a produção agropecuária. Sem ela, não há agronegócio, e sem agronegócio não há como o País se alimentar nem ter recursos para importar o que precisa. ■

Macroeconomia

Indústria ameaçada

Rogério Mori*

O DEBATE econômico recente tem se voltado em torno da questão da eventual existência de um processo de desindustrialização em curso no País. Esse tema ganhou impulso após a divulgação dos dados recentes sobre o Produto Interno Bruto (PIB) pelo IBGE, que indicaram que a participação da indústria nacional sobre o produto caiu significativamente.

A indústria nacional, de fato, tem sofrido enormemente com a concorrência externa, sendo o principal vetor desse processo a apreciação do real frente às demais moedas, o que tem corroído a competitividade da indústria brasileira ao longo dos últimos anos. O governo brasileiro está ciente desse processo e não tem poupado críticas em relação às maciças emissões monetárias dos países desenvolvidos.

Mesmo sabendo que o centro do problema reside na questão cambial, o governo não tem poupado esforços (ainda que paliativos) para tentar diminuir a problemática da perda de competitividade da indústria brasileira frente à concorrência internacional. Essas medidas, no entanto, não resolvem inteiramente a questão, e a problemática não está inteiramente resolvida, uma vez que o patamar apreciado em que se encontra a moeda brasileira mais que compensa as medidas de incentivo adotadas pelo governo. Dessa forma, não há como resolver esse problema sem que a questão da taxa de câmbio seja equacionada.

Apesar dessas evidências, ainda persistem duas linhas de argumentação que se mostram contrárias à visão do processo de desindustrialização e às ações adotadas pelo governo no sentido de tentar resolver essa problemática.

Um das linhas de argumentação procura negar que exista desindustrialização no Brasil, o que, em grande medida, se mostra estranho em relação à realidade dos fatos e à evidência empírica revelada em inúmeros estudos acadêmicos e não acadêmicos realizados.

A outra linha de argumentação descaracteriza a importância da indústria no processo de desenvolvimento econômico do País. De acordo com essa linha, o Brasil deveria seguir sua vocação natural de produtor de *commodities* agrícolas e de minérios, uma vez que nossa indústria é ineficiente e sem condições de concorrer no cenário mundial.

Nos dois casos, a recomendação de política econômica indicada é exatamente a oposta à adotada pelo governo atualmente, seja pela tese da negação, seja pela tese da baixa importância da indústria nacional.

Nesse contexto, é importante lembrar que os saltos na renda *per capita* brasileira, a partir dos anos 1950, estiveram amplamente associados ao processo de industrialização do País. Esses saltos foram muito superiores aos verificados anteriormente, quando os ciclos de crescimento da renda do País estavam mais associados aos ciclos de preços internacionais de *commodities*.

A abertura comercial do início da década de 1990 foi importantíssima para a economia brasileira e para a indústria nacional, que foi forçada a se modernizar para concorrer com os produtos de outros países.

O cenário atual, porém, é inteiramente diverso, pois não existe grau de eficiência que possa ser atingido pela indústria para fazer frente à competição externa, que é extremamente favorecida pelo atual patamar da taxa de câmbio.

Isso significa que não se pode dizer que a indústria nacional não tem condições de competir internacionalmente devido à sua baixa eficiência. Esse setor se modernizou forçadamente ao longo da década de 1990. Os segmentos industriais que não se modernizaram sucumbiram à concorrência externa e desapareceram do cenário produtivo nacional.

É evidente que medidas de redução da carga tributária sobre o setor e de incentivos ao investimento ajudam neste momento, mas a assimetria de condições de competição gerada pela taxa de câmbio não pode ser inteiramente eliminada por essas medidas.

Esse é um cenário que ainda tende a persistir por um tempo, uma vez que não existem sinais concretos de mudança no ambiente econômico e financeiro internacional. Nesse sentido, o ciclo de redução da taxa básica de juros – Selic – por parte do Banco Central tem contribuído para corrigir essa assimetria via diminuição do diferencial de juros praticados domesticamente e internacionalmente. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: psroque@uol.com.br

CONSUMO DE CARVÃO VEGETAL EM MINAS CAI

O consumo de carvão vegetal de origem nativa teve uma redução de, aproximadamente, 61% em relação aos últimos quatro anos em Minas Gerais. Os números foram divulgados pela Diretoria de Desenvolvimento e Conservação Florestal (DDCF), do Instituto Estadual de Florestas (IEF), órgão que integra o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema). Os dados mostram que o consumo no Estado era de 8.252.160,97 m^3 em 2008 e, em 2011, baixou para 3.160.981,10 m^3. Em 2009, o consumo foi de 6.278.903,29 m^3 e, em 2010, de 4.325.823,95 m^3 de carvão de mata nativa, que é muito utilizado na siderurgia para produção de ferro e aço.

SRB NO CONSECITRUS

A Sociedade Rural Brasileira (SRB) representará os citricultores e a CitrusBR as indústrias na formação do Consecitrus. De acordo com o estatuto assinado no último dia 19 de abril, a SRB e a CitrusBR indicarão três representantes de cada lado para formarem o conselho. O ex-secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, João de Almeida Sampaio Filho, será superintendente da entidade que terá como objetivo estabelecer políticas e diretrizes para a cadeia produtiva de citros.


SXC.HU

SOJA: RECORDES PREMIADOS


SXC.HU

O Comitê Estratégico Soja Brasil (Cesb) vai anunciar, durante o Congresso Brasileiro de Soja, que acontecerá de 11 a 14 de junho, em Cuiabá, os vencedores do Desafio Nacional de Máxima Produtividade 2011/2012. Segundo Alexandre Abbud, diretor-executivo do Cesb, foram atingidos alguns resultados históricos, como, por exemplo, o de oito agricultores que produziram de 90 a 101 sacas/ha, quase que o dobro da média nacional de 51 sacas/ha.

CUSTOS LOGÍSTICOS

O agronegócio é o segmento que tem os custos logísticos mais altos, representando 13,3% da receita líquida das empresas. De acordo com pesquisas do Instituto Ilos, o transporte representa 60% dos custos logísticos, pois os produtos do segmento são *commodities* e exigem grande volume de movimentação. Setor com grande utilização de silos, armazéns e equipamentos para o acondicionamento da produção, o agronegócio gasta o equivalente a 3,4% da receita líquida com armazenagem, valor quase duas vezes maior que o da média geral.

EVENTOS REGIONAIS COOXUPÉ

Desde abril, a Cooxupé está realizando encontros entre seus associados para levar informações didáticas e que auxiliam do planejamento até a colheita de café. As Unidades Demonstrativas (UDs), nome do ciclo de eventos, também disponibilizam oportunidades de negócios e oferecem espaços exclusivos para crianças e mulheres. Os eventos se estenderão até junho e, de acordo com o vice-presidente da cooperativa, Carlos Augusto de Melo, "ao invés de reunirmos nossos 12 mil cooperados em apenas um evento, vamos até suas regiões, conhecemos as necessidades de cada uma delas e abrimos um importante espaço para a troca de ideias e experiências". As UDs têm o objetivo de levar aos produtores informações rápidas e detalhadas que podem ser fundamentais para uma boa safra.

MERCOSUL DISCUTE SAÚDE ANIMAL

O Comitê Veterinário Permanente do Mercosul (CVP) se reuniu na Estação Quarentenária do Mapa na Ilha de Cananéia (EQC), em São Paulo, entre os dias 19 e 20 de abril. A entidade, formada pelos cinco países do bloco – Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, e pela Bolívia –, tem como objetivo fortalecer a sanidade animal da região. Foram discutidos os desafios referentes às questões sanitárias da região, como o da peste suína clássica e a febre aftosa, e também a importância do fortalecimento dos serviços veterinários de todos os países membros.

O Brasil tem metas ousadas e pretende reconhecer todo o território nacional como livre de febre aftosa com vacinação até o ano de 2013. Para o Mapa, é possível cumprir os desafios internos e ainda auxiliar os demais países do bloco, desde que os assuntos sanitários sejam enfrentados de forma regional.

CENSO MOSTRARÁ CONFINAMENTO NO BRASIL

A Associação Nacional dos Confinadores (Assocon) está iniciando um trabalho inédito para identificar, com confiabilidade, o tamanho desse importante segmento da pecuária no País. "As estatísticas do confinamento sempre são contraditórias, porque vêm de várias fontes, muitas delas sem a vivência do dia a dia dos projetos pecuários. O objetivo da Assocon é ouvir 1.500 confinadores para conhecer melhor o perfil econômico e de produção dos pecuaristas que se dedicam à engorda intensiva nas cinco regiões do País", explica Fabio Maia de Oliveira, diretor-executivo da Assocon. A coleta de dados será feita por telefone e pela *internet*.

CONTROLE DA MOVIMENTAÇÃO DE REBANHOS

A Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA) é o novo sistema criado para obter maior controle da movimentação dos rebanhos do País e, assim, garantir maior credibilidade, transparência, agilidade na coleta de dados sobre o trânsito de bovinos e a integração de vários sistemas de controle, inclusive sanitário. Seu lançamento foi realizado na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília, pela presidente da entidade, senadora Kátia Abreu. O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, ressaltou que o sistema vai "mudar o futuro brasileiro", a partir da expectativa de que o Brasil tenha acesso a novos mercados ao oferecer mais transparência no processo de criação e transporte de animais nos 26 Estados brasileiros. "Vamos dar segurança ao consumidor e explorar o potencial da PGA ao máximo", afirmou o ministro.

QUEDA NAS EXPORTAÇÕES DE COURO

As exportações brasileiras de couros e peles contabilizaram vendas de US$ 464 milhões no primeiro trimestre, o que representa uma queda de 6% em comparação a 2011, e embarques de 6,5 milhões de unidades, volume 9% abaixo do registrado no período anterior. O cálculo é do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB), com base no balanço da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Apesar do resultado, para o presidente do CICB, José Fernando Bello, a feira internacional Asian Pacific Leather Fair, realizada em março, em Hong Kong, e que contou com 32 curtumes brasileiros, sinalizou boas perspectivas para os negócios nos próximos meses.

EXPOZEBU

Zebu: o futuro em boas mãos é o tema da 78ª edição da ExpoZebu - Exposição Internacional das Raças Zebuínas – que começou no dia 28 de abril e e termina dia 10 de maio, no Parque Fernando Costa, em Uberaba (MG). O objetivo é que o evento seja um importante centro de debates sobre o desenvolvimento da pecuária nacional em harmonia com o meio ambiente, com o lançamento de um documento produzido pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), organizadora da exposição, para mostrar, aos formadores de opinião do Brasil e do exterior, o caráter inovador, eficiente e sustentável da pecuária nacional.

CAMPO LIMPO

Segundo levantamento do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), nos três primeiros meses deste ano, foram recolhidas e encaminhadas para o destino ambientalmente correto 9.481 toneladas de embalagens vazias de agrotóxicos em todo o País. O volume representa um crescimento de 17% quando comparado ao mesmo período de 2011. De acordo com o instituto, os maiores volumes destinados foram em Mato Grosso, 2.311 t, São Paulo, 1.331 t e no Paraná, 1.169 t.


engormix.com

Acreditamos na continuidade do ciclo de crescimento, porque o agronegócio se manterá em expansão e o produtor investirá em tecnologia.”

TULIO DE OLIVEIRA, presidente da Associação Nacional das Empresas de Defensivos Agrícolas (Aenda)

“Já é tempo de trazer a bordo a sociedade como protagonista do seu próprio destino, e não somente fazê-la assistir aos que têm poder institucional de decidir por ela.”

ROSA ALEGRIA, vice-presidente do Núcleo de Estudos do Futuro (NEF), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sobre a Conferência Ethos Internacional 2012, que se realizará entre os dias 11 e 13 de junho, em São Paulo, e sobre a Rio+20

“É interessante observar a gama de produtos que podem ser extraídos da cana. Essa diversidade mostra que a cadeia produtiva brasileira não se resume apenas ao etanol e ao açúcar.”

PILAR DEL CASTILLO, presidente da Comissão de Indústria, Pesquisa e Energia do Parlamento Europeu (Itre, na sigla em inglês), em visita à sede da empresa de biotecnologia Amyris Brasil, em Campinas (SP)

“É possível, viável e imprescindível que o pecuarista mantenha-se na atividade de forma rentável sem agredir o meio ambiente.”

ROBERTO RISOLIA, diretor de comunicação da Associação dos Profissionais da Pecuária Sustentável (APPS)

A crise financeira mundial traz o desafio de buscar soluções inovadoras, que contemplem simultaneamente a recuperação econômica e o desenvolvimento sustentável.”

ANTÔNIO FARINHA, sócio-diretor da consultoria Roland Berger, sobre a Rio+20

“O Rally revelou espetacular melhoria de gestão e governança. O agro vai passando para o negócio, dentro do agronegócio.”

ROBERTO RODRIGUES, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal e ex-ministro da Agricultura, durante apresentação do Rally da Safra 2012, na sede da Fiesp, em São Paulo

“A ExpoZebu é um grande *show* de genética e política e um grande fórum de discussão da pecuária.”

JOVELINO CARVALHO MINEIRO FILHO, vice-presidente de ABCZ

“O Brasil é o destino favorito dos investimentos globais.”

PAUL KRUGMAN, Prêmio Nobel de Economia, em palestra promovida na capital paulista, pelo Sebrae, no último dia 18 de abril

“Nos 170 milhões de hectares ocupados com a pecuária estão toda nossa expectatica de produzir mais carne, mais grãos e mais energia.”

EDUARDO BIAGI, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ)

China

Todos dependem dela

Felippe Serigati*

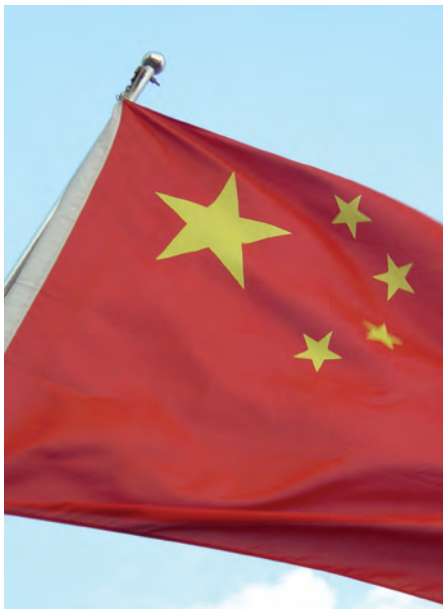
O MUNDO depende da economia chinesa. Após 2008, a China tem sido a locomotiva que puxa toda a economia mundial. No entanto, devido a desequilíbrios estruturais, como inflação, possível bolha no mercado imobiliário e excesso de capacidade instalada no setor industrial e de infraestrutura, a economia chinesa precisa reduzir seu ritmo e corrigir essas distorções. Esses ajustes não podem ser feitos de forma muito intensa, pois a China tem sido a principal tábua de salvação da economia mundial. Também, porém, não podem ser feitos de forma muito tímida a ponto de manter os desequilíbrios ativos por muito mais tempo. O equilíbrio não é trivial, e todos os países, por diferentes motivos, acompanham atentamente o que acontece por lá.

Todos dependem da China

O ponto é que a China é importante para todos os países; há pouquíssimas exceções. De um lado, os países centrais precisam do mercado consumidor chinês para incrementar suas exportações, tanto de produtos finais quanto, e principalmente, de insumos industriais (máquinas, equipamentos, peças e componentes). É importante lembrar os esforços que esses países estão realizando para reativar suas economias e reduzir as respectivas taxas de desemprego. Para tanto, seus setores industriais exercem uma função estratégica.

Os países emergentes dependem da economia chinesa diretamente como destino para suas exportações, principalmente de bens primários, e indiretamente, porque o ritmo de crescimento da economia chinesa é o principal fator a manter os preços das commoditites agrícolas e minerais em patamares bastante elevados, o que gera renda para os países não desenvolvidos.

Apesar de todos dependerem da China, ela também depende fortemente do resto do mundo, tanto do lado da produção quanto do consumo. Além das exportações exercerem um papel central na economia chinesa, ninguém pode esquecer que se trata de um país que concentra 20% da população mundial, mas apenas 8% da área de terras cultiváveis e 5% do volume total de água potável do mundo. Com uma renda crescente, a China aumentou em 315% e 761% suas importações de soja e de carne suína nos últimos 12 anos.

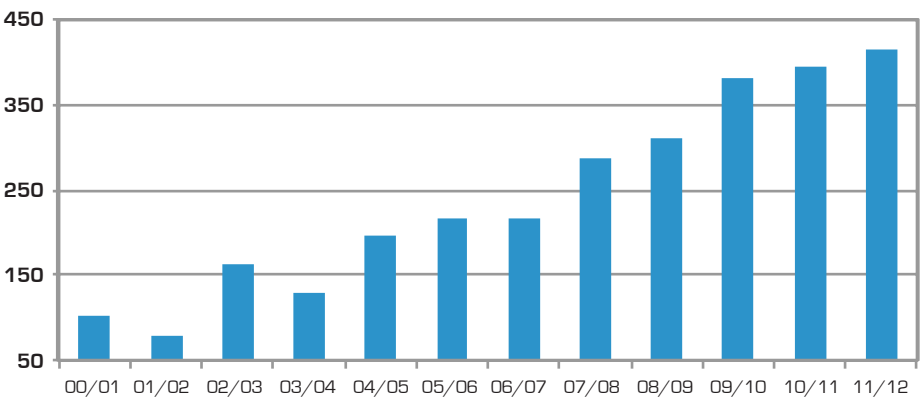


SXC.HU

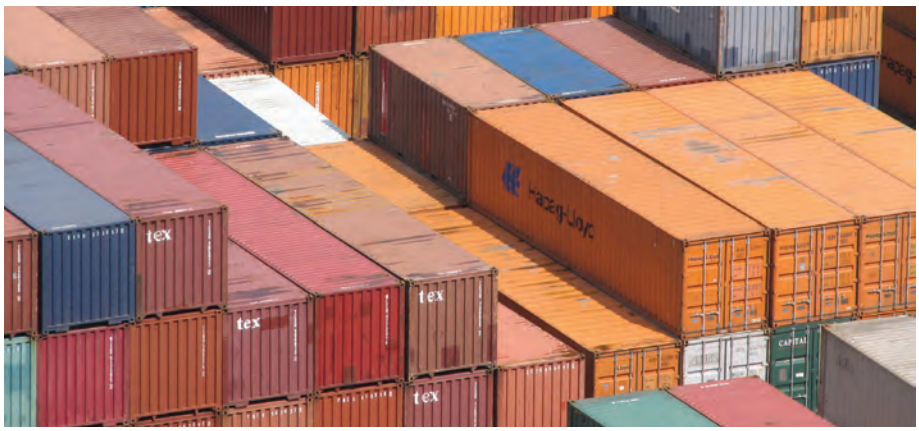
Como a China conseguiu crescer durante a crise?

Até 2008, o crescimento chinês foi sustentado pelas exportações, principalmente para os países centrais (EUA e membros da União Européia), e pelas elevadas taxas de investimento, mantidas por meio de baixas taxas de juros e forte entrada de investimento direto externo. No entanto, quando a crise chegou aos países centrais e mostrou que as dívidas das famílias (principalmente nos EUA) e dos governos (principalmente na Europa) eram insustentáveis, a demanda

China: importações de grãos de soja (volume - base 100 = 2000/2001)



Fonte: Usda



SXC.HU

nestes países contraiu, afetando os embarques dos produtos chineses.

Além da contração da demanda, as exportações chinesas também perderam dinamismo devido às políticas de defesa comercial e de promoção de exportações adotadas pelos EUA e pela Europa. Tais políticas têm como objetivo proteger os setores industriais, estimular as economias e reduzir as elevadas taxas de desemprego. Diante disso, a China teve de procurar alternativas internas e externas para compensar estas perdas.

Externamente, os chineses passaram a ter uma postura muito mais agressiva para ampliar sua participação nos mercados consumidores dos países emergentes, dentre os quais o mercado doméstico brasileiro teve (e ainda tem) especial destaque – ou como diria o economista Delfim Netto, o Brasil é o último peru disponível na prateleira do mercado mundial.

Todavia, é justamente nas soluções buscadas internamente que estão os maiores desafios para a economia chinesa. Para manter as elevadas taxas de investimento, os chineses reduziram ainda mais suas taxas de juros. Por um lado, isso manteve o crescimento industrial e a expansão do setor imobiliário mesmo em um momento de crise. Por outro lado, isso causou fortes distorções, cujos desdobramentos e possíveis soluções não são nada triviais.

Distorções da economia chinesa

A manutenção da taxa de juros em patamares muito baixos por um longo período tem exercido um papel central na

Participação de cada grupo de atividade no crescimento do PIB chinês (%)

Ano	PIB	Consumo final		Formação Bruta de Capital		Exportações líquidas	
		Participação no crescimento	Participação na taxa de crescimento	Participação no crescimento	Participação na taxa de crescimento	Participação no crescimento	Participação na taxa de crescimento
2000	8,4	65,1	5,5	22,4	1,9	12,5	1,0
2001	8,3	50,2	4,2	49,9	4,1	- 0,1	-
2002	9,1	43,9	4,0	48,5	4,4	7,6	0,7
2003	10,0	35,8	3,6	63,2	6,3	1,0	0,1
2004	10,1	39,5	4,0	54,5	5,5	6,0	0,6
2005	11,3	37,9	4,3	39,0	4,4	23,1	2,6
2006	12,7	40,0	5,1	43,9	5,6	16,1	2,0
2007	14,2	39,2	5,6	42,7	6,1	18,1	2,5
2008	9,6	43,5	4,2	47,5	4,6	9,0	0,8
2009	9,2	47,6	4,4	91,3	8,4	- 38,9	- 3,6
2010	10,4	36,8	3,8	54,0	5,6	9,2	0,9

Fonte: National Bureau of Statistics of China

política econômica chinesa, atendendo a dois objetivos:

• Reduzir o custo de carregamento das reservas chinesas, que vinham se acumulando rapidamente devido à manutenção do câmbio subvalorizado;

• Captar a poupança das famílias também a um custo muito baixo para financiar os setores industriais e promover a expansão já mencionada.

Como, combinada com a baixa taxa de juros, também há uma inflação ligeiramente alta, no final das contas, o governo chinês tem mantido a economia operando com taxas de juros reais negativas já por um longo período. Esta política afetou decisivamente as famílias e os setores industriais.

Do lado mais familiar, isso favoreceu o contínuo aumento dos preços dos imóveis. A sociedade chinesa é caracterizada por poupar parcelas significativas da sua renda, frações bem maiores que aquelas observadas nos países ocidentais. Como a China ainda não tem um mercado de capitais bem desenvolvido, as famílias não têm acesso a aplicações financeiras atraentes para investir sua poupança. Como a taxa de juros é muito baixa, depósitos bancários deixam de ser alternativas rentáveis. Neste caso, comprar imóveis passou a ser a melhor opção de investimento.

Tal política tem um efeito positivo, pois mantém aquecido um setor que é fundamental para estimular o mercado interno, seja pela contratação de mão de obra e consequente geração de renda, seja por estimular setores industriais que produzem insumos (cimento, ferro, aço, máquinas etc.) demandados pela construção civil.

O problema é que cedo ou tarde esta distorção precisa ser corrigida, e os preços dos imóveis terão de parar de crescer, antes que os agentes passem a questionálos e isso gere sérias perdas para o setor bancário. No entanto, porque imóveis não são simples bens de consumo, mas ativos utilizados para preservar a riqueza das famílias, uma redução brusca nos preços dos imóveis significará perda de renda para as famílias e terá impactos sobre o consumo e no crescimento chinês.



SXC.HU

Do lado industrial, as persistentes taxas de juros reais negativas sustentaram elevadas taxas de investimento que ampliaram ainda mais a fração ociosa da capacidade instalada da indústria. Este fenômeno não se restringe apenas aos setores produtores de manufaturas e insumos industriais; o setor de infraestrutura também apresenta capacidade instalada acima da demanda projetada até mesmo para a próxima década. Como sustentar elevadas taxas de investimento com tamanha capacidade ociosa?

Ao mesmo tempo em que todos dependem da China, é consenso que ela não tem como sustentar o ritmo de crescimento observado nos últimos anos com o restante do mundo andando mais devagar. Por outro lado, uma desaceleração muito forte pode prejudicar a frágil situação das economias centrais e interromper o crescimento dos emergentes. A torcida é para que as autoridades chinesas consigam desacelerar a economia de uma forma tranquila. No entanto, corrigir as distorções criadas não é uma tarefa a ser concluída no curto prazo; este processo de ajuste consumirá alguns anos. ■

*Doutorando em economia pela FGV/EESP e pesquisador visitante da UC Berkeley (felippeserigati@gmail.com)

Organização Mundial do Comércio

Acordo sobre Agricultura

Guilherme Antônio da Costa Júnior*

O ACORDO sobre Agricultura estabelece uma série de regras gerais, aplicáveis principalmente nas áreas de Acesso a Mercados, Apoio Interno e Competição nas Exportações (normalmente referido como os três pilares). Estas regras são apoiadas por compromissos de cada um dos Membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre tarifas, subsídios domésticos e de apoio à exportação, que estão contidos nas listas dos mencionados compromissos e constituem parte integrante do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio de 1994 (GATT 1994).

Muitos outros acordos da OMC complementam o Acordo sobre Agricultura. Há também uma decisão sobre Medidas Relativas aos Possíveis Efeitos Negativos do Programa de Reforma em Países Menos Desenvolvidos e em Desenvolvimento Importadores Líquidos de Alimentos, da mesma forma compondo parte do resultado global das negociações agrícolas.

Cobertura de produtos

O Acordo sobre Agricultura se aplica aos produtos agrícolas, tal como definido no seu Artigo 2 e no Anexo 1. Esta definição de produtos agrícolas é baseada no Sistema Harmonizado de 1992 (HS92), instituído e regulamentado no âmbito da Organização Mundial de Aduanas. Tal definição não se aplica aos peixes, produtos da pesca, nem se aplica aos produtos florestais. Ela abrange todos os alimentos agrícolas e bebidas, fibras agrícolas e peles, incluindo, por exemplo:

a) produtos agrícolas básicos, tais como leite, trigo e animais vivos, assim como produtos deles derivados, como pão, manteiga e carne;

b) produtos agrícolas processados, como o chocolate e os embutidos;

c) vinhos, bebidas espirituosas e produtos do tabaco;

d) fibras, tais como algodão, lã e seda; e

e) peles de animais *in natura* destinadas à produção de couro.

Disciplinas e compromissos

O Acordo sobre a Agricultura inclui compromissos vinculantes de redução de medidas de apoio e de proteção nas áreas de apoio interno, competição em relação às exportações e acesso a mercados.

Acesso a mercados

O Artigo 4 do Acordo sobre Agricultura é a base legal para o acesso a mercados. No entanto, todos os detalhes encontram-se nas listas de compromissos dos Membros, os chamados *Schedules*. O Artigo 4 dá o caráter legalmente vinculante a essas listas, mas não isenta qualquer outra obrigação do GATT 1994.

O acesso a mercados antes da Rodada Uruguai era restringido, para muitos produtos agrícolas, por critérios de importação variáveis e medidas não tarifárias, como restrições quantitativas ou proibições das importações. Além disso, havia muitas isenções específicas para países em agricultura, conseguidas por meio de vários tipos de negociações.

Os Membros da OMC concordaram em usar o processo chamado de "tarificação", com o objetivo de converter todas as medidas não tarifárias existentes durante o período base 1986-88 (com apenas duas exceções previstas no acordo) em equivalentes tarifários. Como resultado da Rodada Uruguai, os Membros da OMC só podem usar direitos aduaneiros comuns para restringir as importações de bens agrícolas.

Compromissos em matéria de apoio doméstico

Muitos países apoiam a agricultura de diferentes maneiras. Alguns garantem um nível mínimo de renda, por exemplo, através do apoio aos preços de mercado para os agricultores ou métodos semelhantes, outros fornecem subsídios aos insumos, muitos prestam serviços veterinários e fitossanitários etc.

A principal queixa sobre as políticas que dão sustentação aos preços domésticos ou que diretamente subsidiam a produção é que o incentivo por elas causado resulta em excesso de produção e distorção ao mercado, tanto pelo aumento das exportações quanto pela diminuição das importações.

Por outro lado, existem muitas formas de apoio que não influenciam diretamente a produção. O Acordo sobre Agricultura distingue os programas de apoio que estimulam diretamente a produção daqueles considera-

Objetivo do Acordo:

O objetivo que levou ao Acordo sobre a Agricultura está contido no segundo parágrafo do Preâmbulo, ou seja:

"Recordando que o objetivo de longo prazo acordado na revisão de Meio Período é o de estabelecer um sistema de comércio agrícola e com orientação de mercado e que um processo de reforma deve ser iniciado por intermédio da negociação de compromissos em matéria de apoio e proteção e por intermédio do estabelecimento de regras fortalecidas e operacionalmente mais eficazes."

O preâmbulo também se refere a preocupações não comerciais, incluindo segurança alimentar e a necessidade de proteger o meio ambiente e oferece um tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, no qual se inclui a melhoria das oportunidades e condições de acesso dos produtos agrícolas de exportação de interesse especial para estes Membros.

dos como tendo um efeito mínimo direto, quer seja na produção ou no comércio.

Em reconhecimento aos diferentes impactos causados na produção e no comércio pelas diferentes categorias das políticas de apoio interno, existem distintas "Caixas" nas quais são classificados pela OMC os subsídios fornecidos pelos Membros: "Caixa Verde", "Caixa Amarela" ou "Caixa Âmbar" e a "Caixa Azul".

Medidas ou programas classificados como de "Caixa Verde" são aqueles nos quais o apoio interno à agricultura é permitido e não está sujeito a limitações, pelo fato de não terem efeitos distorsivos no comércio ou provocar tais efeitos num grau considerado como mínimo.

As medidas ou programas categorizados como de "Caixa Amarela" são aqueles sujeitos a compromissos de redução, por serem considerados de efeitos distorsivos ao comércio. São calculados tecnicamente como Medida Agregada de Apoio (MAA).

Já aquelas medidas ou programas classificados com de "Caixa Azul" são tipos de apoio interno da "Caixa Amarela", porém, voltados a limitar a produção. Atualmente, podem ser utilizados sem limitações.

Os Membros podem utilizar livremente as medidas de apoio interno consideradas de impacto mínimo sobre o comércio ou produção. Estas medidas são classificadas como de "Caixa Verde" e incluem subsídios para os serviços públicos ou programas, como os pagamentos diretos aos produtores dissociados da produção, bem como os pagamentos diretos no âmbito de programas de assistência ambiental e regional.

Além das políticas de "Caixa Verde", os Membros não têm de reduzir:

1) os subsídios fornecidos como pagamentos diretos aos produtores no âmbito dos programas para limitar a produção (medidas de "Caixa Azul");

2) certos programas de assistência do governo para incentivar a agricultura e o desenvolvimento rural nos países em desenvolvimento (enumeradas no artigo 6.2 do Acordo sobre Agricultura); e

3) apoio distorsivo mantido abaixo do "de minimis".

As medidas de apoio interno que não podem ser incluídas nas categorias acima mencionadas devem ser acomodadas dentro dos limites máximos estabelecidos pela Medida Agregada de Apoio Total (MAA Total), expressa em termos de níveis de compromissos anuais e finais consolidados.

Definem-se como "de minimis" as quantidades de apoio interno que estão permitidas, mesmo com efeitos distorsivos no comercio (até 5% do valor da produção para os países desenvolvidos e 10% para os países em desenvolvimento).

Competição em exportações

O Acordo sobre Agricultura não proíbe o uso de subsídios à exportação se os Membros permanecem dentro de seus compromissos, conforme estabelecido em seus *schedules*, e sujeitos a um conjunto de regras. Os Membros que no passado concederam subsídios à exportação também concordaram em reduzir a quantidade de subvenção fornecida, assim como os montantes subsidiados exportados.

Atualmente, apenas 25 Membros têm o direito de subsidiar as exportações. Os seus compromissos de redução são baseados em subvenções à exportação concedidas durante o período base 1986-90. Para outros Membros da OMC, não há distinção entre produtos agrícolas e não agrícolas, e, portanto, subsídios à exportação são proibidos em ambos os casos. A única exceção é dada pelo Art. 9.4 do Acordo sobre Agricultura. Esta disciplina flexibiliza a utilização de subsídios para os custos de comercialização e transporte nas exportações de países em desenvolvimento.

O Acordo sobre Agricultura também estabelece critérios para as doações de ajuda alimentar internacional e refere-se aos créditos à exportação.

As disciplinas e os compromissos em matéria de subsídios à exportação encontram-se nos Artigos 3, 8, 9, 10 e 11, bem como nos *schedules* dos Membros.

Outros compromissos

Embora o apoio interno, o acesso a mercados e a competição nas exportações sejam frequentemente chamados de os três pilares do Acordo sobre Agricultura, outras disposições são igualmente importantes e fazem parte integrante do mencionado Acordo. Estas incluem as disposições relativas ao tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento e o compromisso de negociações para reformas. Também relacionada com o Acordo sobre Agricultura é a Decisão sobre os Possíveis Efeitos Negativos do Programa de Reforma em Países de Menor Desenvolvimento Relativo e Países em Desenvolvimento Importadores Líquidos de Alimentos.

Disciplinas em matérias de proibições e restrições às exportações – Artigo 12

Tais disciplinas do Acordo sobre Agricultura da OMC exigem dos Membros que introduzam proibições ou restrições às exportações sobre os gêneros alimentícios, que considerem o efeito de tal proibição ou restrição sobre a segurança alimentar de outros Membros, notificando a medida, e, se solicitados, realizem consultas com qualquer Membro que tenha um interesse substancial como importador.

Finalizando, o Acordo sobre Agricultura ainda estabelece disciplinas relativas às Medidas de Apoio Interno relacionadas às disposições do GATT 1994 e do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias; sobre a concordância dos membros em colocar em vigor o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias; sobre o Tratamento Especial e Diferenciado; aos Países de Menor Desenvolvimento Relativo e Países em Desenvolvimento Importadores Líquidos de Alimentos; ao Comitê de Agricultura; à Revisão da Implementação dos Compromissos; às Consultas e Solução de Controvérsias; à Continuação do Processo de Reforma, dentre outras relevantes no sistema multilateral de comércio agrícola. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não da instituição que representa.

*Adido Agrícola na Missão do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra

Cana-de-açúcar

Resultados econômicos

Gustavo Adolpho Maranhão Aguiar[1]
Alex Santos Lopes da Silva[2]
Rafael Ribeiro de Lima Filho[3]
Alcides de Moura Torres Junior[4]

O PROJETO Canasat, liderado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), tem por objetivo identificar e mapear a cultura da cana-de-açúcar por meio de imagens de satélite. Informações geradas pelo projeto apontam que a área cultivada com a cultura no Centro-Sul do Brasil no ano safra 2011/2012, incluindo as áreas em reforma, é de 8,66 milhões de hectares.

De acordo com a metodologia do Projeto Canasat, a área plantada é classificada em cinco categorias:

a) Soca: é a classe de lavouras de cana que já passaram por mais de um corte, ou seja, é a cana que rebrotou de uma planta ou de uma soca. Nesta classe também se encontram as lavouras reformadas com cana planta de ano;

b) Reformada: é a classe das lavouras de cana planta de ano e meio que foram reformadas no ano safra anterior e que estão disponíveis para colheita na safra corrente;

c) Expansão: é a classe de lavouras de cana que pela primeira vez estão disponíveis para colheita. Lavouras de cana que foram convertidas em outro uso por um período igual ou maior há duas safras e voltaram a ser cultivadas com cana também se inserem nesta classe;

d) Em reforma: é a classe das lavouras de cana que não serão colhidas devido à reforma com cana planta de ano e meio ou por serem destinadas a outro uso. Quando a lavoura da classe em reforma é de fato reformada com cana planta de ano e meio, ela passa para a classe reformada no ano safra seguinte;

e) Total cultivada: engloba todas as classes (a+b+c+d), mas não inclui os novos plantios de cana, que serão colhidos no ano safra seguinte. Por exemplo, uma lavoura de cana plantada em fevereiro de 2008 somente estará disponível para colheita na safra 2009/10 e, portanto, não está incluída na classe total cultivada referente à safra 2008/09.

Os números comprovam o domínio da cultura no Estado de São Paulo, com 5,4 milhões de hectares plantados, ou 62,4% do total apontado para o Centro-Sul. A produtividade média e a produção, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para o Brasil em 2011/12 serão de 68,28 toneladas por hectare e 571,44 milhões de toneladas, respectivamente. A região Centro-Sul representa 94,9% da área de cana disponível para colheita no Brasil.

Para 2012/13, segundo o primeiro levantamento da Conab de abril de 2012, a produtividade e a produção do Brasil serão de 70,29 toneladas por hectare e 602,18 milhões de toneladas, respectivamente. Os aumentos da produtividade e da produção em relação ao ano safra 2011/12 inicialmente estimados são de 2,9% e 5,4%, nesta ordem.

Ainda para 2012/13, a previsão inicial é de moagem de 299,9 milhões de toneladas (49,8%) para a produção de açúcar e de 302,2 milhões de toneladas (50,2%) para a produção de etanol, demonstrando a expectativa da Conab de equilíbrio na produção dos dois produtos.

Centro-Sul: área plantada com cana-de-açúcar na ano safra 2011/12 (mil ha)

	Disponível para colheita						
Estado	Soca (a)	Reformada (b)	Expansão (c)	Total (a+b+c)	Em reforma (d)	Total cultivada (e)	Participação (%)
ES	-	-	-	74,8	3,5	**78,2**	0,9%
GO	597,2	14,6	85,0	696,8	35,2	**732,0**	8,5%
MG	678,9	25,9	71,6	776,3	51,9	**828,2**	9,6%
MT	222,3	12,2	17,0	251,5	31,0	**282,5**	3,3%
MS	465,6	9,2	75,9	550,6	20,7	**571,3**	6,6%
PR	591,2	21,0	17,2	629,5	39,2	**668,7**	7,7%
RJ	-	-	-	94,0	4,2	**98,2**	1,1%
SP	4.453,4	259,3	156,4	4.869,1	531,8	**5.400,9**	62,4%
Total	**7.008,6**	**342,2**	**423,1**	**7.942,6**	**717,5**	**8.660,0**	**100,0%**

Fonte: Canasat/Compilado pela Scot Consultoria

Resultados econômicos

De acordo com a Associação Rural dos Fornecedores e Plantadores de Cana da Média Sorocabana (Assocana), filiada à Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (Orplana), os custos de produção referentes ao ano safra 2011/12, divulgados no fim de 2011, considerando a produção em cinco cortes, é de R$ 3.262,30 por hectare.

Para calcular a receita, utilizamos a produtividade média do Brasil, apontada pelo último levantamento da Conab (abril/12), cujo valor foi de 68,28 toneladas por hectare. A tonelada de cana foi considerada com 135 quilos de Açúcar Total Recuperável (ATR) por tonelada e o preço do ATR, vigente em março de 2012, de R$ 0,5018 por quilo.

Com isso, a receita anual foi de R$ 4.625,49 por hectare. Deduzindo os custos de produção, temos um lucro anual de R$ 1.363,20 por hectare. Ressaltamos, porém, existirem inúmeros fatores que podem alterar esta análise, como a produtividade de cada corte, o grau de ATR da cana e o próprio preço do ATR.

No mercado dos produtos da cana, que influenciam diretamente os preços do ATR, a queda das exportações de açúcar aumentou a disponibilidade interna nos últimos meses. Segundo a Conab, de abril de 2011 a março de 2012, os embarques caíram 17,8% frente à safra anterior. Por outro lado, as usinas estão de olho no atraso da colheita, que pode balancear a situação.

Para o etanol, apesar dos efeitos da moagem sobre os preços, a queda de demanda deve segurar os preços. De qualquer forma, deve se ficar atento à pressão da colheita e à dinâmica de preços do açúcar e álcool, fatores determinantes para a precificação da cana entregue à indústria. Por fim, manter a produtividade em dia, como em qualquer atividade agrícola, é a chave para a manutenção de bons resultados no médio e no longo prazo.

Plantio ou arrendamento?

O que vale mais a pena? Plantar ou arrendar? A resposta depende da região, da distância até a usina, da produtividade obtida (tanto no caso de plantio como na oferta de arrendamento) e do preço recebido pela cana produzida.

De acordo com o Instituto de Economia Agrícola (IEA), o valor médio recebido por cada hectare arrendado para cana na região de Ribeirão Preto foi de R$ 910,04 em 2011. No Estado de São Paulo, a média foi de R$ 761,94. Esses valores são, respectivamente, 33,2% e 44,1% inferiores ao lucro obtido com o plantio na safra 2011/12, o qual estimamos em R$ 1.363,19/ha.

Na analise histórica dos resultados médios obtidos no Estado de São Paulo, no caso do plantio, o lucro observado foi de R$740,04/ha/ano, 10,7% superior à opção do arrendamento, que foi de R$ 668,26/ha/ano. O período considerado foi de 1994 e 2011.

Vale ressaltar que o arrendamento foi melhor em seis dos dezoito anos analisados. Com isso, levando em conta o resultado apresentado e os riscos assumidos ao realizar o plantio, além do maior capital imobilizado, tem-se no arrendamento uma opção altamente viável considerando o horizonte apresentado.

Por fim, para uma avaliação concreta do *trade-off* apresentado, é necessário analisar cada situação, observando os fatores citados anteriormente. A opção pelo plantio pode garantir melhores resultados para produtores mais eficientes, que fazem uso adequado da tecnologia e de métodos de gestão eficientes. Para os demais casos, o arrendamento pode ser mais interessante. ■

Custo de produção da cana-de-açúcar na safra 2011/12 com base em cinco cortes

Operação	Quantidade	Custo unitário (R$/ha)	Custo total (R$/ha)
Preparo do solo	Uma vez	635,36	635,36
Plantio	Uma vez	3.832,76	3.832,76
Colheita	Cinco vezes	1.664,89	8.324,43
Manutenção da soqueira	Quatro vezes	879,73	3.518,92
Custo total	-	-	16.311,48
Custo por ano (cinco cortes)	-	-	3.262,30
Receita			4.625,49
Lucro			**1.363,19**

Fontes: Assocana e Conab

Estado de São Paulo: lucro médio obtido com o plantio e valor médio do arrendamento entre 1994 a 2011

	Plantio (A)	Arrendamento (B)	A/B
Custo (R$/ha/ano)	2.097,58	-	-
Receita (R$/ha/ano)	2.837,61	668,26	-
Lucro (R$/ha/ano)	**740,04**	**668,26**	**+10,7%**

Nota: valores deflacionamos pelo IGP-DI.
Fontes: IBGE / IEA / Orplana / Scot Consultoria

1 Zootecnista da Scot Consultoria (gm@scotconsultoria.com.br)
2 Zootecnista da Scot Consultoria (alex@scotconsultoria.com.br)
3 Zootecnista da Scot Consultoria (rafael@scotconsultoria.com.br)
4 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria (alcides.torres@scotconsultoria.com.br)

Mercado de combustível

Brasil tem de reduzir relação gasolina/etanol

Plinio M. Nastari*

O BRASIL importou 480,6 milhões de litros de gasolina no mês de março, crescimento de 12% sobre o mês anterior. Houve, também, um aumento no preço de importação, de US$ 0,77 para US$ 0,83 por litro, valor 29,6% maior que o preço praticado atualmente no mercado doméstico, base refinaria. A diferença de preço está em linha com a defasagem de preço entre os mercados interno e externo de gasolina calculada pela Datagro diariamente, que no mês de março ficou em média no nível de 28,3%.

Apenas nos três primeiros meses de 2012 (janeiro a março), o Brasil importou 1,22 bilhão de litros de gasolina por um preço médio de US$ 0,78 por litro, volume equivalente a pouco mais da metade de todo o contingente importado em 2011, de 2,18 bilhões de litros a US$ 0,75 por litro em média. Espera-se que o Brasil importe 80 mil barris por dia de gasolina em 2012, o que significa que as importações devem alcançar o recorde histórico de 4,7 bilhões de litros em 2012.

Tomando a diferença entre o dispêndio com a importação de gasolina e a receita obtida com a sua venda, estima-se que o Brasil tenha gasto, apenas neste primeiro trimestre do ano, US$ 158,21 milhões para manter o preço da gasolina estável no mercado interno.

Menos etanol hidratado

Por outro lado, o consumo de etanol hidratado no Brasil caiu 28,9% em 2011, de 15,07 bilhões de litros, em 2010, para 10,72 bilhões de litros. Por conta do aumento dos preços e da consequente perda de competitividade frente à gasolina, este foi o menor volume de hidratado consumido em um ano desde 2007.



SXC.HU

Em contrapartida, a demanda de anidro subiu de 7,46 bilhões em 2010 para 8,28 bilhões de litros. Contudo, o aumento no consumo de anidro foi contido no quarto trimestre do ano em resposta à redução da mistura na gasolina em outubro, de 25% para 20%. Como resultado, no último trimestre de 2011, o consumo de anidro recuou 8,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O consumo de gasolina A, por sua vez, bateu recorde, com 27,07 bilhões de litros em 2011, contra 22,38 bilhões em 2010, voltando a superar o consumo total de etanol, anidro mais hidratado, pela primeira vez desde 2007.

Isso significa que o etanol está perdendo participação no mercado consumidor de combustíveis do ciclo Otto. Em 2011, o etanol representou 37% desse mercado, ante 44,6% em 2010 e 45,4% em 2009. Somente em dezembro de 2011, essa participação havia caído para apenas 31,5%.

Historicamente, os números são mais favoráveis. Em termos acumulados, a economia de divisas com a importação evitada de gasolina, propiciada pelo uso de etanol combustível, trouxe impactos altamente representativos. Desde 1975, quando foi iniciado o programa de utilização em larga escala de etanol combustível no Brasil, até 2011, o consumo total de etanol para usos combustíveis totalizou 388,28 bilhões de litros.

O consumo de etanol combustível transformado em gasolina equivalente representou a substituição de 331,14 bilhões de litros de gasolina, o que repre-

sentou expressivos 2,08 bilhões de barris de gasolina. Este é um volume muito relevante quando se leva em conta que até pouco tempo atrás, antes de descobertas as reservas do Pré-Sal, as reservas totais comprovadas de petróleo e condensados eram estimadas em 13,5 bilhões de barris. Com o Pré-Sal, as reservas atuais são estimadas em 30 bilhões de barris.

Segundo cálculos da Datagro, o valor da gasolina substituída, valorizada pelo seu preço no mercado mundial a cada ano, tendo como referência o preço FOB Rotterdam mais frete, atingiu a cifra acumulada de US$ 137,11 bilhões, em dólares constantes de dezembro de 2011, no período de 1975 a 2011.

Quando levados em conta os juros da dívida externa evitada, avaliados conservadoramente por uma taxa equivalente à Prime Rate mais 200 pontos base fixos durante todo o período, o valor da economia propiciada pelo uso do etanol combustível em substituição à gasolina atingiu US$ 266,02 bilhões. Este é um valor altamente representativo, considerando que em janeiro de 2012 as reservas internacionais brasileiras, no conceito de liquidez internacional, estavam avaliadas em US$ 352,6 bilhões.

Menos exportações de etanol

Como seria esperado, têm caído também os excedentes exportáveis de etanol. Nos três primeiros meses deste ano, o Brasil exportou 243,41 milhões de litros de etanol, uma redução de 24,9% em relação ao volume exportado entre janeiro e março de 2011. Foram exportados apenas 73,93 milhões de litros de etanol em março, queda de 8,4% em relação ao mês anterior e de 12,1% sobre março de 2011.

Desde 2009, as exportações de etanol têm caído, em consequência da redução do excedente exportável, embora exista um enorme potencial a ser explorado no médio prazo.

Atualmente, a demanda mundial de etanol para uso como combustível, estimada em 88,2 bilhões de litros em 2010, já responde por 7,12% do consumo mundial de gasolina e continua em crescimento. Ao mesmo tempo, é esperado que a demanda mundial por combustíveis veiculares deva crescer pelo menos 97% até 2015.

Com pouco etanol disponível, e mais consumo de gasolina, crescem as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEEs). As emissões totais de GEEs do Brasil, em 2005, de acordo com o Segundo Inventário Nacional de Emissões Antrópicas, somaram 2,2 bilhões de toneladas de CO_2 equivalente. O uso do etanol como combustível, e a geração de bioeletricidade a ele associada, tem sido uma importante ferramenta no combate às mudanças climáticas. Diversos estudos mostram que, quando comparado com a gasolina, o etanol brasileiro, quando consumido no Brasil, reduz as emissões de GEEs em cerca de 90%.

Todas as regulamentações internacionais sobre o tema reconhecem o desempenho superior do etanol de cana em relação a outras matérias-primas, como o milho, o trigo ou a beterraba. É o caso da Agência de Proteção Ambiental Americana (EPA) e também da União Europeia, no âmbito de sua Diretiva para Energias Renováveis. Ambas consideram todo o ciclo de vida do produto, desde o plantio da matéria-prima até a utilização do combustível nos automóveis. Em 2010, a EPA classificou ainda o etanol de cana-de-açúcar como um biocombustível avançado, capaz de reduzir as emissões de GEEs de 61% a 91% em relação à gasolina quando consumido nos EUA, dependendo da técnica de produção utilizada. Nenhum outro biocombustível atualmente produzido em larga escala possui tal performance.

Em termos absolutos, a redução anual decorrente do uso do etanol e da bioeletricidade associada é de 46 milhões de toneladas de CO_2 equivalente e, com uma expansão projetada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia (PDEE), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para o setor, que passaria a produzir 1,2 bilhão de toneladas de cana, passaria para 112 milhões de toneladas de CO_2 equivalente em 2020.

Apenas esta redução adicional, de 66 milhões de toneladas de CO_2 equivalente, responderia por 30% a 40% das metas brasileiras de redução de emissões de CO_2 estabelecidas para a área de energia pela Política Nacional sobre Mudança do Clima. Com mais gasolina e menos etanol, o Brasil fica cada vez mais distante deste potencial. ■



SXC.HU

*Mestre e doutor em economia agrícola e presidente da Datagro Consultoria

Bolsa Brasileira de Mercadorias

Balanço das operações

Cesar Henrique Bernardes Costa*
Antonio Avante Filho*
Roberto Ricardo Barbosa Machado*

A BOLSA Brasileira de Mercadorias (BBM) contribui para o desempenho do agronegócio e da economia brasileira em diversas atividades:

1 - Política de Garantia de Preços Mínimos

Em 2011, o governo federal apoiou a comercialização de arroz, trigo, feijão, milho e sisal, com gastos de R$ 1,194 bilhão, sendo R$ 331 milhões em AGF e R$ 863 milhões através dos instrumentos PEP, Pepro e Contrato de Opção de Venda. O arroz foi beneficiado com 82% dos recursos para o escoamento de 2,9 milhões de toneladas.

Também foram realizados leilões para a venda de estoques de três milhões de toneladas, especialmente de milho de Mato Grosso, para todas as regiões do País.

Em 2012 (até abril), o governo apoiou basicamente o trigo, com recursos de R$ 335 milhões para dois milhões de toneladas em operações PEP e Pepro.

A BBM respondeu por 50% do volume dos leilões da Conab, através das suas oito Centrais Regionais de Operações em Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Uberlândia (MG), Goiânia (GO), Campo Grande (MS) e Fortaleza (CE).

2 - Registro de contratos de balcão

Em setembro de 2010, a Bolsa colocou em operação o Sistema de Informações de Negócios com Algodão em Pluma (Sinap), criado para registrar informações de negócios com algodão em pluma e gerar estatísticas sobre a comercialização do produto.

A produção brasileira de algodão na safra 2010/11 foi de 1,959 milhão de toneladas (Conab), sendo 1,2 milhão de toneladas negociadas e registradas no Sinap por corretoras da Bolsa. Para a safra 2011/2012, a produção está estimada em 2,0 milhões de toneladas, das quais 680 mil toneladas já foram comercializadas, e estão registradas na Bolsa, até 15 de abril.

Através de ação conjunta com a Associação Brasileira de Produtores de Algodão (Abrapa), Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (Anea) e Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), o Sinap deve alcançar 100% das informações sobre a comercialização de algodão no Brasil. A BBM também disponibiliza sistemas para registros de negócios de balcão de café, boi gordo, arroz em casca, milho, soja, trigo, sorgo e outros.

Os registros realizados por corretoras permitem a utilização da Câmara Arbitral do Agronegócio, constituída para dirimir conflitos e oferecer mais segurança na comercialização agropecuária.

3 - Cadastro positivo do agronegócio

O Sistema de Registro de Informações do Agronegócio (Iagro) constitui em um banco de dados com informações sobre os negócios realizados entre produtores e cooperativas e os demais agentes da cadeia do agronegócio. A sua finalidade é subsidiar a concessão de crédito, a realização de venda a prazo ou de outras transações comerciais que impliquem em risco financeiro. Os produtores rurais terão melhores condições para negociar a compra de insumos e a venda de sua produção.

Com a promulgação da chamada Lei do Cadastro Positivo (Lei 12.414, de 09/06/2011), diversas alterações foram introduzidas no sistema para atender às novas disposições legais, principalmente diante da necessidade de obtenção de Autorização do Cadastrado para a inclusão de informações sobre os seus negócios no sistema e a responsabilidade objetiva e solidária que a fonte, o consulente e o banco de dados terão perante o Cadastrado. A disponibilidade do Iagro para o mercado está na dependência da publicação do decreto de regulamentação da lei pelo Poder Executivo.

4 - Licitações públicas e compras privadas

Em 2011, o sistema BBMNet Licitações registrou um volume de compras por órgãos públicos de R$ 179 milhões, com uma economia de 32% em relação aos preços de referência cadastrados nos editais. O sistema recebeu 75 mil propostas de fornecedores habilitados para 1.700 editais, envolvendo 21,4 mil lotes publicados. No primeiro trimestre de 2012, o volume de operações de compras cresceu 170% sobre o mesmo período de 2011, gerando uma economia de 26% para os órgãos públicos participantes.

A expansão do BBMNet Licitações pode ser vista em dois outros indicadores de 2011: 2.078 empresas fornecedoras (licitantes) cadastradas e 661 órgãos públicos promotores de ofertas de compras. Com isso, o sistema, gradativamente, vai ampliando a sua contribuição para a redução dos gastos e a maior eficiência na gestão pública. ■

*Gerentes da Bolsa Brasileira de Mercadorias (bbm@bbmnet.com.br)

Agricultura nos EUA

Perspectivas para 2012

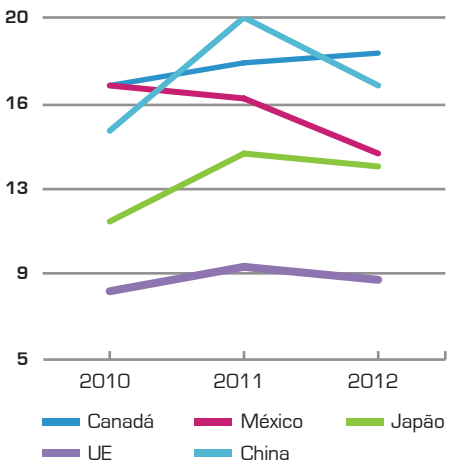
A ATIVIDADE econômica global deve diminuir em 2012, principalmente por causa da Europa, cuja previsão é de crescimento negativo do PIB. Apesar disso, para a agricultura dos Estados Unidos, os indicadores são positivos, a exemplo de 2011, que teve preços, exportações e renda recordes.

Com o dólar enfraquecido em relação a outras moedas e uma lenta recuperação econômica nos Estados Unidos, os seus produtos agrícolas continuarão a preços competitivos nos mercados mundiais ao longo dos próximos anos.

Maior destino das exportações agrícolas mundiais, a China representa 60% e 50%, respectivamente, das importações de soja e algodão. Por volta de 75% dos embarques americanos desses dois produtos vão para o mercado chinês.

Mesmo com pequena queda, as arrecadações com as exportações de 2012 serão a segunda do ponto de vista histórico, apenas atrás de 2011. A safra mundial recorde tende a enfraquecer os preços e reduz os volumes de exportação.

EUA: principais destinos das exportações (%)



Fonte: Usda

Colheitas mundiais recordes

Os preços recordes no fim de 2010 e durante o primeiro semestre de 2011 resultaram em expansão das plantações e incremento na produção de cereais e oleaginosas. A demanda global acompanha esse ritmo de crescimento da produção. O consumo total de trigo, soja, milho e arroz só aumentou. O algodão é uma exceção, pois diminuiu em razão da retração nas economias do mundo desenvolvido.

Sem considerar o milho e a soja, a resposta em termos de produção na safra 2011/12 resultará na reconstituição dos estoques para a maioria das *commodities*. Os volumes de trigo e arroz retomarão seus níveis normais a partir do baixo patamar na temporada 2007/08, embora continuem a enfrentar forte demanda. A disponibilidade de milho é mais preocupante, pois corresponde a 52,3 dias de uso, o menor nível desde o ciclo1973/74.

Diminui a produção de etanol

De acordo com a Lei de Energia de 2007, a quantidade máxima de biocombustíveis convencionais aplicada para a Renewable Fuel Standard (RFS) é de 49,6 bilhões de litros em 2012.

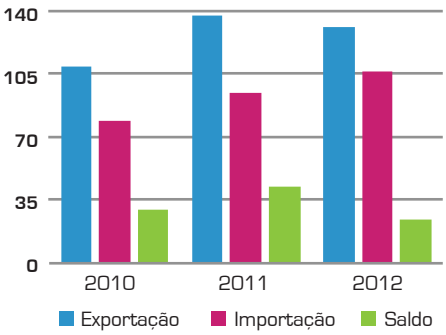
Em 31 de dezembro de 2011, o governo dos Estados Unidos eliminou sobre o etanol importado o:

• Volumetric Ethanol Excise Tax Credit (VEETC), correspondente a um crédito de US$ 0,11 por litro de etanol misturado com a gasolina;

• Other Duty Or Charge (ODC), que isentava o etanol da região do Caribe de recolher US$ 0,14 por litro.

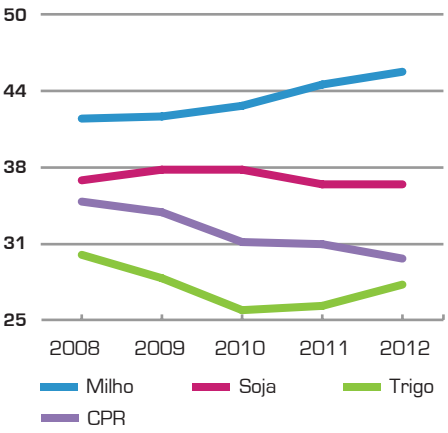
Assim, o etanol de milho produzido acima do limite permitido pelo RFS terá de ser de preço atraente para ser mistu-

EUA: balança comercial da agricultura (US$ bilhões)



Fonte: Usda

EUA: ocupação de área (milhões de ha)



Fonte: Usda

rado com a gasolina. A capacidade de produção atual de etanol está estimada em 58,1 bilhões de litros.

Desde 1º de janeiro deste ano, a produção de etanol reduziu, mas ainda permanece próxima do limite permitido. As margens para os produtores caem como reflexo da queda nos preços do etanol.

Quando da edição da Lei de Energia de 2007, as previsões por parte da Administração de Informação de Energia dos Estados Unidos eram de 58 bilhões de litros misturados na gasolina até 2013. Com a recessão e a lenta recuperação econômica, as projeções na demanda de combustível foram reduzidas para menos de 52 bilhões de litros de etanol. Isso corresponde a uma queda de seis bilhões de litros.

A taxa de etanol de 10% (E-10) corresponde a 52 milhões de litros. A quantidade produzida acima desse número deve ser exportada. As exportações de etanol dos EUA atingiram 909 milhões de litros em 2011, dos quais 43% foram para o Brasil.

Com os preços do açúcar em queda no mercado mundial, o Brasil produzirá mais e importará menos etanol. O uso de milho para produzir etanol nos Estados Unidos pode cair em sete milhões de toneladas em 2011/12, depois de aumentar em quase 25 milhões de toneladas ao ano entre as safras 2005/06 e 2010/11.

No curto prazo, o crescimento no uso do milho para o etanol será impulsionado principalmente pela exigência da mistura E-10. Mas, para um horizonte mais longo, a expansão será determinada pela relativa de preços entre o etanol e a gasolina e a das misturas superiores a E-10.

Evolução das áreas plantadas

O Programa de Conservação e Reserva (CPR) dos Estados Unidos estimula os produtores a deixarem áreas ociosas para fins de proteção ambiental. Com adesão voluntária, os produtores elegem as áreas ociosas. Em contrapartida, eles recebem rendimentos anuais da Commodity Credit Corp para melhorar o hábitat rural, como o manejo da cobertura vegetal, o controle da erosão do solo, a conservação de mananciais e a qualidade do ar.

Para a safra 2012/13, a projeção da área de CPR está em 30 milhões hectares, 6,8 milhões de hectares inferiores ao registrado em 2007/08. A área de milho, se confirmada, será a maior desde 1944. Já o espaço da sojicultura fica praticamente inalterado em relação ao ano anterior. As áreas de trigo e das outras culturas devem aumentar, enquanto a de algodão recuará; e o arroz segue estável. Os preços agrícolas para as culturas serão menores, como reflexo de aumento na produção.

Renda agrícola em alta

Produtores de leite enfrentaram margens apertadas nos últimos cinco anos. Apesar de preços mais altos, a expansão ocorreu pouco. No começo deste ano, o rebanho estava em seu nível mais baixo desde 1952. Para a suinocultura, o incremento modesto de 2011 é explicado pelos ganhos de produtividade.

Os custos de produção com alimentação têm sido elevados nos últimos cinco anos para leite, gado e aves. O fraco desempenho da economia reduziu a demanda pela proteína animal. Os preços mais baixos previstos para milho, trigo e soja ajudarão a melhorar as margens dos criadores.

As exportações constituem fator-chave em termos de retorno econômico aos produtores. As exportações das carnes suína, bovina e de frango atingiram o pico em 2011. Os embarques prosseguirão fortes em 2012.

As cotações para os produtos lácteos, de gado e aves seguirão nos patamares elevados registrados em 2011. Já para o preço do leite é esperado um declínio, em razão do aumento da oferta.

A renda bruta da agricultura será recorde em termos nominais, mas as despesas devem aumentar. Com isso, a renda líquida terá uma queda, mas ainda será a segunda maior em termos nominais.

Os mercados dos produtos agropecuários seguem as leis básicas de oferta e demanda. Para os preços altos, a resposta global é de aumento da produção para a maioria das *commodities*. O resultado do crescimento das plantações tem oferecido rendimentos favoráveis. Para 2012, os preços estarão mais moderados para a maioria dos preços das culturas. ■

EUA: preço recebido pelo produtor

Safra	Trigo[1]	Milho[1]	Soja[1]	Arroz[2]	Algodão[3]
2008/09	6,78	4,06	9,97	16,8	47,8
2009/10	4,87	3,55	9,59	14,4	62,9
2010/11	5,70	5,18	11,3	12,7	81,5
2011/12	7,30	6,20	11,7	14,2	90,0
2012/13	6,30	5,00	11,5	14,7	80,0

1 dólares por *bushel*;
2 US$ por cem libras;
3 centavos de US$ por libra.
Fonte: Usda

Resumo da palestra de abertura proferida por Joseph W. Glauber, economista-chefe do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, durante o Fórum Agricultural Outlook 2012.

Mercado internacional de biocombustíveis

A emergência da governança socioambiental

Bruno Benzaquen Perosa*

AS GRANDES expectativas de ganhos ambientais e sociais que se criaram em torno dos biocombustíveis foram alvo de vigorosa contestação nos últimos anos. Dado que estes potenciais ganhos seriam o argumento principal em favor destes produtos, observa-se grande discussão acerca de que elementos de sustentabilidades seriam relevantes.

A questão da sustentabilidade é ainda mais relevante pelo fato de subsídios e outras políticas de incentivo ao consumo terem sido adotados em diversas nações – nos EUA, por exemplo, os programas de apoio à produção e ao consumo de biocombustíveis apresentam gastos em torno de US$ 7 bilhões ao ano – e assim gerar custos adicionais às sociedades, além de poder trazer distorções nos mercados energéticos e agrícolas.

Desta forma, apesar de algumas nações mostrarem disposição em produzir e consumir biocombustíveis não sustentáveis em seus territórios, a busca por mecanismos que garantam a sustentabilidade é apontada como uma condição necessária para o desenvolvimento de um mercado internacional de combustíveis de biomassa. Até mesmo porque, do contrário, poderiam se consumir alternativas fósseis que, em sua maioria, ainda são mais baratas.

Dentre os principais mecanismos de governança que cumprem esta função de monitoramento podem ser mencionadas instituições públicas, como as legislações nacionais e mecanismos de governança privados, como os sistemas de certificação voluntários. Nas últimas décadas, estes mecanismos vêm passando por um processo de interação e integração que transformou profundamente as formas de monitorar e regular as atividades produtivas, notadamente no setor agrícola. O papel assumido por atores estatais e não estatais também vem se transformando, com a crescente importância de atores privados, como ONGs e organizações setoriais.

Por que monitorar a sustentabilidade?

A necessidade de mecanismos de monitoramento observada no setor de biocombustíveis pode ser explicada pela presença do que os economistas denominam "falhas de mercado". Estas "imperfeições" impedem que os mecanismos de mercado exerçam sua capacidade de coordenar as atividades econômicas. No presente caso, podem ser mencionadas duas categorias básicas de falhas de mercado: externalidades produtivas e assimetrias de informação.

As externalidades ocorrem principalmente na produção das matérias-primas e nos processos de conversão, em que impactos ambientais positivos e negativos gerados nestes processos não são considerados nos atributos dos biocombustíveis. Um exemplo estaria nas possíveis reduções de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEEs) que poderiam ser obtidas na produção de um biocombustível em relação à gasolina ou ao diesel. Ao contrario do teor energético (quilômetros por litro), facilmente mensurável por consumidores, as emissões reduzidas só poderiam ser auferidas por instrumentos de monitoramento mais complexos. Da mesma forma, efeitos negativos que poderiam ser gerados pela produção de biomassa, como o desflorestamento, não seriam "contabilizados" na comercialização destes produtos.

A dificuldade de considerar tais externalidades é agravada pela segunda falha de mercado mencionada, a assimetria de informação. O fato de os consumidores não acessarem informações sobre atributos relevantes acerca dos processos de produção impede que estes selecionem aqueles mais sustentáveis, caso o desejem. Assim, estes atributos - denominados "atributos de crença" – só poderiam ser monitorados pelo desenvolvimento de ferramentas de monitoramento e posterior transmissão desta informação até os consumidores. Selos e outros instrumentos de *marketing* podem realizar esta tarefa, tornando atributos de crença "visíveis" para consumidores e, dessa forma, permitindo a internalização e a precificação de dimensões de sustentabilidade nos processos produtivos.

Construindo os mecanismos de governança: entre a eficiência e a legitimidade

A construção de um aparato de governança envolve a integração de instituições e organizações em uma arena socioambiental. Assim, legislações e agências públicas interagem com sistemas de certificação e atores privados

na busca de instrumentos de governança eficientes (considerem os critérios de sustentabilidade relevantes a custos factíveis) e legítimos (padrões e sanções aceitas pelos *stakeholders* envolvidos). O balanço entre a eficiência e a legitimidade é variável fundamental para explicar a trajetória de desenvolvimento destas instituições.

Vale mencionar que esta construção mostra-se condicionada por instituições preexistentes, como as regras comerciais da OMC que dificultam a atuação de governos no sentido de discriminar produtos de acordo com sua sustentabilidade. Talvez aí esteja a principal vantagem de sistemas de certificação voluntários que vêm se expandindo em diversos setores em que atributos socioambientais são relevantes. No mercado florestal, o desenvolvimento destas certificações já ocorre há quase 20 anos, e, mais recentemente, processo semelhante vem acontecendo no mercado de biocombustíveis.

Um ponto interessante da interação entre instituições de governança públicas e privadas está na relação de complementaridade e substituição entre estas. Se, por um lado, a existência de ambiente regulatório amplo e efetivo reduz o espaço para mecanismos de governança privada, como as certificações, por outro, a inexistência ou efetividade muito reduzida de legislações ambientais eleva substancialmente os custos do processo de certificação, dada a distância entre os níveis de sustentabilidade exigidos e os praticados em tais situações. A existência de um marco legal efetivo também ajuda a legitimar o funcionamento de sistemas de certificação.

Esta relação entre certificações privadas e legislações públicas acarreta um processo de convergência, ou pelo menos de harmonização, dos padrões privados com aqueles estabelecidos nas legislações nacionais. Para atuar em determinado país, sistemas de certificação precisam apresentar critérios que não violem requerimentos legais, apesar de lhes ser permitido estabelecer padrões mais elevados, o que geralmente ocorre. Ainda assim, sistemas de certificação podem simplesmente exigir o cumprimento dos padrões estabelecidos em lei, muitas vezes desrespeitados. Essa relação fica clara ao se observar o padrão de exigência mais elevado de certificações em países cujas leis estabelecem padrões mais rígidos.

Essa convergência entre padrões de sustentabilidade também ocorre pela via de mercado, dado o processo de concorrência entre sistemas de certificação. Estes buscam ampliar sua base de usuários (consumidores e produtores). Se, por um lado, as certificações não podem elevar em demasia os padrões requeridos, sob o risco de inviabilizar sua adoção por produtores (tornariam os custos não compensadores), por outro, estes não podem reduzir muito as exigências, sob a pena de perderem sua reputação com consumidores e até mesmo *policy makers*. Em última instância, o valor de uma certificação para produtores depende do mercado que esta vai abrir para seus produtos. Assim, certificadoras "ajustam" seus padrões em função das restrições mencionadas. Estas estratégias de conformação tendem a conduzir certificações para um grau intermediário de exigência.

Do ponto de vista de produtores, consumidores e *policy makers* (que muitas vezes fazem as vezes de consumidores no mercado de biocombustíveis), a convergência de padrões traz vantagens por elevar a liquidez do mercado, o que reduz riscos de não conseguir vender ou comprar. Este seria o principal argumento em favor da *"commoditização"* de um produto, dado que a multiplicidade de ofertantes é fundamental para garantir o abastecimento. Diversos países ainda se mostram reticentes em adotar mandatos de mistura de biocombustíveis à matriz fóssil, dada a elevada concentração da produção no Brasil e nos EUA. Neste sentido, a maior intervenção do governo brasileiro no setor sucroenergético que vem se observando nos últimos meses eleva ainda mais este risco, já que pode reduzir a capacidade de exportação brasileira.

Contudo, este processo de convergência de padrões socioambientais para biocombustíveis vem sendo freado justamente por decisões políticas, fortemente influenciadas por questões estratégicas locais, como a segurança energética e o desenvolvimento rural. Ao se comparar o marco legal que regula o setor nos dois principais centros consumidores, EUA e União Europeia, fica evidente o desalinhamento de padrões de sustentabilidade (ver quadro). Essa diferença é ainda mais acentuada em relação ao controle de efeitos indiretos que poderiam advir da produção de biomassa, como a mudança no uso indireto da terra (Iluc, da sigla em inglês) que poderia causar desflorestamento e o possível encarecimento de importantes *commodities* alimentares, como o milho e o trigo.

Integrando a governança pública e privada: o *meta-standard approach*

Ao se observar as legislações que vêm sendo adotadas com relação à produção e ao consumo de combustíveis da biomassa, principalmente no bloco europeu, observa-se um processo relativamente pioneiro de integração entre mecanismos de governança pública e privada. Os chamados *meta-standards*, adotados inicialmente na Alemanha e no Reino Unido e que no último ano foram aprovados pela Comissão Europeia, permitem que certificações voluntárias sejam utilizadas como forma de comprovar os padrões de sustentabilidade demandados por lei. Em junho último, foram credenciados sete sistemas de certificação que dão acesso ao mercado europeu. Cada um destes sistemas precisou desenvolver um padrão específico que atendesse às demandas da Renewable Energy Directive (RED).

Este tipo de arranjo permite que se construa um aparato regulatório amplo e efetivo, sem elevar em demasia os custos para agências públicas e governos. Contudo, teme-se que empresas, que geralmente compõem as instâncias decisórias nestes sistemas de certificação, busquem reduzir o rigor regulatório sobre suas atividades.

A regulação da sustentabilidade de biocombustíveis nos EUA e na Europa

EUA

Atualmente, a produção e o uso de biocombustíveis são regulados pelo Renewable Fuel Standard (RFS-2), aprovado em 2007 sob a tutela do Energy Independence and Security Act (Eisa). Como o próprio nome sugere, este marco legal prioriza a segurança energética e a produção doméstica, dando menor atenção à questão da sustentabilidade dos biocombustíveis.

A principal, e praticamente única, variável de sustentabilidade considerada no RFS-2 se refere às reduções de Gases do Efeito Estuda (GEEs) obtidas pelos biocombustíveis em relação às alternativas fósseis. Dessa forma, os biocombustíveis são classificados de acordo com as reduções obtidas, o que lhes enquadra em quatro categorias com mandatos de mistura e subsídios distintos.

É preciso mencionar que o cálculo de emissões reduzidas feito pela Environmental Protection Agency (EPA) é extremamente amplo, sendo a única metodologia a considerar os chamados efeitos indiretos. A mudança no uso indireto da terra (Iluc, da sigla em inglês) vem sendo considerada pelo uso de modelos de equilíbrio multimercado que buscam analisar como as mudanças nos preços relativos causadas pelo redirecionamento de insumos e *commodities*, para produção de biocombustíveis, afetam a realocação de áreas já cultivadas e a possível ocupação de novas terras. Assim, os impactos dessas mudanças sobre as emissões geradas ao longo do ciclo de vida dos biocombustíveis são considerados.

Contudo, efeitos diretos gerados nas regiões produtoras, como a poluição do ar e água, proteção à biodiversidade e degradação dos solos, ficaram completamente fora do escopo da regulação de biocombustíveis norte-americana. Estudo realizado pela EPA entre 2007 e 2010 demonstra que a maior parte da produção de etanol dos EUA, produzida a partir do milho, falha na grande maioria destes critérios de sustentabilidade, sem sofrer qualquer sanção regulatória por isso. Ao contrário, estes contaram com incentivos para mistura (mandatos e subsídios pagos a *blenders* por barril misturado), além de barreiras tarifarias à importação de biocombustíveis mais sustentáveis, que vigoraram até o fim de 2011. A importância do desenvolvimento rural no desenho destas políticas fica evidente ao se observar este fato.

União Europeia

De forma geral, a regulação de biocombustíveis que vigora na Europa se mostra mais orientada para questões socioambientais e contempla diversos mecanismos para importação de produtores externos ao bloco europeu. A configuração política da região, em que pese a forte influência no processo político de movimentos de cunho social e ambiental, bem como a menor capacidade de produção agrícola, ajuda a entender este tratamento distinto do despendido pelos EUA em sua regulação para combustíveis da biomassa.

A Renewable Energy Directive (RED), aprovada em 2009, regula os padrões de sustentabilidade dos biocombustíveis produzidos e consumidos nos Estados Membros da comunidade europeia. Apesar de o Iluc não ser considerado, as reduções de emissões de GEEs também são contabilizadas, estabelecendo-se uma restrição progressiva de biocombustíveis que não tragam redução de emissões. A partir de 2013, nenhum produto que reduza menos de 35% em relação às alternativas fósseis será autorizado. Em 2017, esse número sobe para 50% e, em 2018, para 60%. Para se ter uma ideia, o etanol produzido a partir do milho reduz pouco mais de 20%.

E esta seria apenas uma condição necessária, mas não suficiente, para adentrar no mercado europeu. Ainda é exigido que as matérias-primas utilizadas não sejam produzidas em regiões de alta biodiversidade, que contenham grandes estoques de carbono ou que sofram risco de assoreamento ou esgotamento de recursos hídricos. Também se observam critérios sociais, como as condições de trabalho e remuneração dos agricultores que compõem a cadeia produtiva. Neste sentido, também se verifica uma preocupação com questões relativas ao desenvolvimento rural, criando-se incentivos a produtores de biomassa com a Política Agrícola Comum (PAC).

O espectro de monitoramento mais amplo adotado pela União Europeia explica a opção de "terceirizar" parte desta estrutura para certificações privadas por via dos *meta-standards*, dado que o custo de realizar toda a atividade regulatória criaria encargos extremamente elevados para os cofres dos países europeus.

Por isso, é fundamental que governos, ONGs e outras organizações da sociedade civil tenham voz ativa nos mecanismos de governança interna dos sistemas de certificação, de forma a evitar processos de captura pelos setores monitorados. Não por acaso, a quase totalidade dos sistemas de certificação de biocombustíveis apresenta ONGs em seus quadros, sendo grande parte destas iniciativas coordenadas por esta classe de entidade.

Adicionalmente, observam-se potenciais riscos de que arranjos como este sejam questionados junto à OMC, uma vez que excluiriam produtores que não seguissem certos padrões de sustentabilidade. Esse problema pode ser minimizado se a construção dos padrões pelos sistemas de certificação seguir procedimentos estabelecidos pela OMC, como o *Code of Good Practice for the Preparation, Adoption and Application of Standards*. O cumprimento de outras regras, como a não discriminação de países ou regiões nos selos de certificação emitidos, também pode evitar contestações por parte de produtores excluídos. ■

Este artigo está baseado em tese homônima defendida na EESP/FGV em abril de 2012.

*Doutor em Economia de Empresas pela EESP/FGV e pesquisador do GV-AGRO (bruno.perosa@fgv.br)

Leite

Projeto aumenta resultado para produtor

Alexandre Lima Baião[1]
Luiz Antônio Abrantes[2]
Christiano Nascif[3]

A PRODUÇÃO leiteira é considerada estratégica na economia de Minas Gerais, sendo grande geradora de emprego e renda. Em um país que é o sexto maior produtor de leite do mundo, Minas Gerais se destaca por ser o Estado com maior produção, detendo 27,24% do total produzido no Brasil em 2009. Contudo, o desenvolvimento da cadeia agroindustrial do leite, que envolve diversos atores, operações e produtos finais, traz benefícios diretos não apenas para os produtores, a indústria e os consumidores, mas também para os entes federativos que financiam suas atividades por meio dos tributos arrecadados.

Um dos fatores que têm auxiliado o fortalecimento desta cadeia é o Projeto Educampo. Fruto de uma iniciativa do Sebrae-MG, o Projeto surgiu para atender à necessidade de complementar a assistência técnica aos produtores com a gerencial – uma carência apontada no *Diagnóstico da Pecuária Leiteira em Minas Gerais,* publicado em 1996 e realizado com o apoio do Sebrae-MG, da Faemg, do Sebrae Nacional e da Ocemg. Atualmente, o Projeto atende a 1.084 pecuaristas individualmente e beneficia um número ainda maior através das metodologias de grupo (palestras, dias de campo, cursos etc.).

Um caso representativo acontece em Patrocínio, onde uma parcela dos produtores da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio (Coopa) ingressou no Projeto Educampo em 2007. Patrocínio figura entre os municípios com maior produção de leite no Brasil, ocupando em 2009 a sexta posição no *ranking* dos maiores produtores. Os produtores atendidos em Patrocínio obtiveram uma significativa evolução dos indicadores técnicos e, consequentemente, da taxa de remuneração do capital.

Contudo, um efeito menos discutido, mas igualmente importante do Projeto Educampo, é seu impacto nas finanças dos entes federativos através dos tributos arrecadados. Percebe-se que, à medida que a assistência técnica e gerencial eleva a produção total dos pecuaristas, aumenta também a arrecadação nas operações da cadeia.

Os tributos indiretos são aqueles que se encontram embutidos no preço final dos produtos, incidindo sobre a produção e o consumo de bens e serviços. Esses tributos são intensamente utilizados no Brasil e participam de praticamente todas as atividades econômicas.

Pode-se considerar que existem quatro situações principais que geram tributos indiretos nesta cadeia. Primeiramente, para realizar suas atividades, os produtores necessitam adquirir serviços e insumos, nos quais estão embutidas as contribuições de PIS/Pasep, Cofins e ICMS. Incluem-se nestas operações a compra de silagem, concentrados, medicamentos, combustíveis, entre outros insumos necessários à atividade. Aplicando-se a legislação vigente sobre os dados financeiros das fazendas atendidas pelo Projeto, pode-se observar que para cada 100 litros de leite são gerados R$ 2,30 de PIS/Pasep, Cofins e ICMS nas operações de aquisição dos produtores.

Ainda na atividade rural dos pecuaristas, são arrecadadas as contribuições sociais do SAT, INSS e Senar, incidentes sobre a comercialização da produção. Em relação a estas contribuições, são gerados R$ 2,00 para cada 100 litros de leite.

A terceira e a quarta situação se referem, respectivamente, à saída do leite processado na indústria e sua comercialização no varejo. A indústria recolhe o ICMS sobre a saída dos produtos lácteos e ainda recolhe o ICMS devido pelo varejista através de um mecanismo fiscal denominado substituição tributária. Neste caso, o imposto que incide sobre a operação do varejo é recolhido antecipadamente na operação da indústria, que repassa posteriormente ao varejista o valor do imposto. O ICMS devido pelo varejista é estimado utilizando uma Margem de Valor Agregado (MVA) determinada pela legislação.

Utilizando-se os dados de industrialização do leite, os preços atacadistas de produtos lácteos e a legislação em Minas Gerais, pode-se estimar que, sobre cada 100 litros de leite cru, são arrecadados R$ 2,20 de ICMS, considerando a saída na indústria e no varejo.

Dessa maneira, as fazendas atendidas pelo Educampo em Patrocínio obtiveram um aumento significativo na produção total de leite e, consequentemente, elevaram a arrecadação de tributos sobre o leite produzido. Para mensurar esse efeito, foram utilizados dados de um grupo fixo de 14 produtores que ingressaram no Projeto em 2007 e se mantiveram até o fim de 2010. A arrecadação de ICMS na indústria foi obtida através do mapeamento do destino do leite e posterior aplicação das alíquotas aos preços atacadistas praticados no País, enquanto no varejo utilizou-se a Margem de Valor Agregado (MVA) para prever o valor recolhido.

Percebe-se que a menor evolução da arrecadação aconteceu no ICMS embutido nas aquisições (43%). Esse resultado é

Indicadores de 14 pecuaristas atendidos pelo Projeto Educampo em Patrocínio

Produtos	Unidade	2007 (Antes do Projeto)	2008	2009	2010	Variação 2010/07
Produção média de leite	l/dia	386,72	571,08	553,89	694,34	80%
Produção/vaca em lactação	l/dia	13,06	15,25	15,93	17,4	33%
Produção/total de vacas	l/dia	9,72	12,41	12,86	14,26	47%
Produção/mão de obra permanente	l/dia homem	273,7	376,83	344,41	370,5	35%
Taxa de remuneração do capital com terra	% a.a*.	1,00%	5,56%	3,21%	9,84%	884%

*Valores corrigidos pelo IGP-DI de março/2011

Fonte: Central de Processamento de Dados do Educampo

Indicadores de 14 pecuaristas atendidos pelo Projeto Educampo em Patrocínio

	2007 (Antes do Projeto)	2008	2009	2010	Evolução 2007/2010
Produção total (litros)	1.976.139	2.918.219	2.830.378	3.548.077	80%
ICMS indústria e comércio	R$ 44.024,75	R$ 68.561,70	R$ 69.169,32	R$ 76.217,88	73%
PIS e Cofins embutidos nas aquisições das fazendas	R$ 37.733,39	R$ 60.366,05	R$ 62.423,01	R$ 60.782,59	61%
ICMS embutido nas aquisições das fazendas	R$ 13.939,16	R$ 17.053,31	R$ 17.960,19	R$ 19.880,71	43%
INSS + SAT + Senar (comercialização da produção rural)	R$ 34.118,54	R$ 59.189,74	R$ 58.090,32	R$ 70.633,83	107%

*Valores corrigidos pelo IGP-DI de mar/2011

Fonte: Central de Processamento de Dados do Educampo

explicado pelo ganho de eficiência na produção, ou seja, pela redução do consumo de insumos e materiais por litro de leite ao longo do período. Este fato também explica por que o crescimento da arrecadação de PIS/Cofins sobre insumos (61%) foi inferior ao da produção (80%). Consequentemente, apesar de haver um aumento na arrecadação total, a carga tributária que incide sobre o pecuarista tende a diminuir à medida que ele aumente sua eficiência. De fato, apesar do aumento no total de tributos arrecadados, os produtores aumentaram em quase dez vezes sua taxa de retorno naquele mesmo período.

Já as contribuições incidentes sobre a comercialização da produção rural bruta obtiveram uma evolução superior ao aumento na produção, alcançando o crescimento de 107% ao longo dos quatro anos. Esta diferença se deu em virtude de uma elevação do preço médio real recebido pelos produtores.

Vale destacar que estes tributos representam uma importante fonte de recursos para União, Estados e municípios. No caso do ICMS – imposto com maior participação no PIB –, três quartos de sua arrecadação pertencem aos Estados, enquanto o restante é distribuído entre os municípios. Com relação a PIS/Cofins, estas contribuições estão, conjuntamente, entre os tributos com maior arrecadação no País e representam um recurso disponível integralmente à União (não é repassado para os demais entes federativos).

Desta forma, este estudo revela um aspecto pouco considerado no Projeto Educampo: sua importância na arrecadação de recursos para os diferentes níveis de governo. Portanto, o retorno alcançado pelo Projeto vai além do resultado econômico para produtores e agroindústria e tem potencial para atingir diretamente as finanças da União, de Estados e municípios. Percebe-se que à medida que o Projeto Educampo incentiva a produtividade das fazendas atendidas também fomenta a produção em toda a cadeia agroindustrial. Nesse sentido, o programa estimula a arrecadação de impostos e contribuições em diversas operações, desde as aquisições de insumos e serviços pelos produtos até a comercialização dos produtos lácteos ao consumidor final. ■

1 Mestrando em Administração pela Ebape/FGV
2 Professor Adjunto III do Departamento de Administração da Universidade Federal de Viçosa
3 Zootecnista, Mestre em Produção de Ruminantes e Coordenador Técnico do Projeto Educampo

Eficiência produtiva

O planejamento integrado da cadeia de valor

Cleber Lima Guarany*

NAS ÚLTIMAS semanas, temos presenciado um debate muito interessante e pertinente para a economia brasileira como um todo.

O tema desindustrialização ganhou manchete em vários veículos de comunicação, e as preocupações do governo, de entidades de classe e de especialistas de diversas áreas puderam ser ouvidas e discutidas.

Problemas na infraestrutura logística, alto custo de energia elétrica, impostos elevados, taxa de câmbio desfavorável, escassez de financiamento etc. apresentaram-se como os principais responsáveis pela falta de competitividade da indústria brasileira.

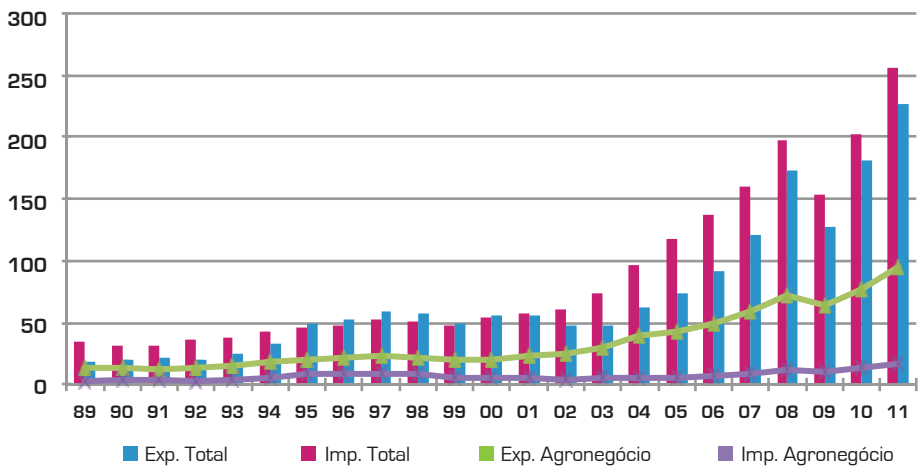
O agronegócio enfrenta basicamente esses mesmos problemas e, embora seja muito competitivo na produção agrícola, ou seja, no antes da porteira, tem perdido fôlego nas etapas posteriores da cadeia de valor.

O setor é reconhecido pela sua competitividade global e tem contribuído muito para os superávits da balança comercial nos últimos anos, mas, apesar disso, não se pode ignorar que as demandas reclamadas pela indústria atrapalham também, e muito, o desempenho do agronegócio brasileiro.

O campo tem alcançado recorde de produtividade em diversos cultivos, o que se traduz não somente pela utilização de variedades mais produtivas, mão de obra qualificada e cadeia de suprimentos bem estruturada, mas também pelas ótimas condições edafoclimáticas que o País apresenta para o plantio de diferentes culturas. Assim, a eficiência da atividade agrícola está fortemente dependente de vantagens comparativas do Brasil, e dessa forma, apesar de todas as dificuldades, ainda conseguimos ser competitivos.

No entanto, essa força que o País possui no comércio mundial de produtos do agronegócio (tanto de origem animal como de origem vegetal) pode não se manter no longo prazo. O Brasil deverá enfrentar novos entrantes africanos, principalmente da África Oriental, com vantagens comparativas similares e proximidade com grandes mercados, como o asiático.

Balança comercial brasileira e balança comercial do agronegócio (US$ bilhões)



Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da Secex/MDIC

África Oriental





SXC.HU

Nesse contexto, é importante que o agro faça coro às reivindicações do setor industrial como um todo, para que sejam implementadas as mudanças estruturais que nos levarão à manutenção de nossa competitividade.

À medida que novos países entram para esse seleto grupo de exportadores de produtos agroindustriais, faz-se premente que tenhamos mais efetividade nas etapas depois da porteira, como o processamento, a transformação e a distribuição das matérias-primas geradas no campo.

Para isso, é necessário um entendimento mais claro de toda a cadeia de valor, de seus gargalos e de sua lógica de negócio para estruturar ações de longo prazo, que, em última análise, manterão o vigor do setor como um todo.

Tomemos, como exemplo, a cadeia da soja, uma das mais importantes do agronegócio brasileiro. A lógica de negócio desse setor é produzir o farelo de soja e agregar valor com a extração do óleo vegetal e a produção de biodiesel. Assim, a competitividade deste negócio está fortemente apoiada sobre a logística. Para cada etapa percorrida na cadeia de valor da soja, transportam-se sempre grandes volumes, o que demanda boas estradas, ferrovias ou hidrovias.

Outro elemento importante a ser avaliado nesse setor é a desoneração tributária para os principais compradores dos produtos (farelo de soja, óleo e biodiesel). Por exemplo, se a indústria de proteína animal, grande compradora do farelo de soja, se mantiver competitiva no mercado global, vai continuar demandando grãos. Os impactos da taxação tributária sobre este e outros segmentos puxadores de volumes de soja, como a indústria de óleo e biodiesel, devem também ser avaliados, buscando manter a competitividade da cadeia.

A infraestrutura portuária necessária para receber não somente o grão da soja para exportação, mas também os produtos de origem animal e vegetal, deve também receber atenção especial.

Se fizermos o mesmo tipo de análise para outros setores, é possível identificar uma extensa lista de atividades e de responsabilidades que deveriam ser assumidas e priorizadas pelo Estado brasileiro. Assim, seria possível premiar os setores que mais contribuem para a economia brasileira, garantindo condições concretas de concorrer no mercado internacional.

Para que isso vire realidade, é premente que o governo comece a adotar um planejamento integrado por cadeia de valor, de modo a elaborar ações interdependentes que objetivem alcançar uma maior eficiência das estruturas produtivas do País. ■

*Coordenador de projetos da FGV Projetos

Etanol

Queda na produção nos EUA

DE ACORDO com a Energy Independence and Security Act of 2007, nos Estados Unidos, a quantidade máxima de biocombustíveis convencionais estipulada para 2012 é de 49,6 bilhões de litros. Essa exigência faz parte do programa Renewable Fuel Standard (RFS), criado em 2005 pelo Energy Policy Act , com o objetivo de assegurar que o combustível vendido para transporte no país tenha uma dosagem mínima de produto renovável.

Desde então, o consumo de milho para a produção de etanol teve crescimento substancial. O pico aconteceu na safra 2010/11, com 127,0 milhões de toneladas, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda). Depois disso, houve um tênue recuo.

Em 31 de dezembro de 2011, o governo dos Estados Unidos modificou as suas políticas aplicadas ao etanol, com a eliminação sobre o produto importado do:

• Volumetric Ethanol Excise Tax Credit (VEETC), correspondente ao crédito de US$ 0,11 por litro de etanol misturado com a gasolina; e

• Other Duty Or Charge (ODC), que isentava o etanol da região do Caribe de recolher US$ 0,14 por litro.

Assim, o etanol de milho produzido acima do limite permitido pelo RFS terá de ter preço atraente para ser misturado com a gasolina. A capacidade de produção atual de etanol está estimada em 58,1 bilhões de litros.

Desde 1º de janeiro deste ano, o ritmo da produção de etanol reduziu, mas ainda permanece próximo do limite permitido. Para o exercício, não se esperam mudanças substanciais. Enquanto isso, sem subsídio, as margens para os produtores ficam mais espremidas, como reflexo da queda nos preços do etanol.

Quando da edição da Lei de Energia de 2007, as previsões por parte da Administração de Informação de Energia dos Estados Unidos era de um volume correspondente a 58 bilhões de litros misturados na gasolina até 2013. Com a recessão e a lenta recuperação econômica, as projeções na demanda de combustível foram reduzidas para menos de 52 bilhões de litros de etanol. Isso corresponde a uma queda de seis bilhões de litros.

A taxa de etanol de 10% (E-10) corresponde a 52 bilhões de litros. A quantidade produzida acima desse número deve ser exportada. As exportações de etanol dos EUA atingiram 909 milhões de litros em 2011, dos quais 43% foram para o Brasil.

Com os preços do açúcar em queda no mercado mundial, o Brasil produzirá mais e importará menos etanol. O uso de milho para produzir etanol nos Estados Unidos poderá cair em 2011/12, depois de aumentar em quase 25 milhões de toneladas ao ano entre as safras 2005/06 e 2010/11.

No curto prazo, o crescimento no uso do milho para o etanol será impulsionado principalmente pela exigência da mistura E-10. Mas, para um horizonte mais longo, a expansão será determinada pela relação de preços entre o etanol e a gasolina e a das misturas superiores a E-10. Nesse particular, a Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) tem aprovado os pedidos de licenciamento de empresas para produzir gasolina com presença de 15% de etanol, a chamada E-15. ■

Etanol celulósico

Em meados do ano passado, o Departamento de Energia dos Estados Unidos anunciou empréstimo de US$ 105 milhões para a construção da primeira usina de etanol celulósico em escala comercial do país, com operações para serem iniciadas em 2013 e produção 95 milhões de litros de combustível por ano. O projeto, com custo total de cerca de US$ 250 milhões, está sendo desenvolvido na cidade de Emmetsburg, no Estado de Iowa.

As estimativas apontam mais de um milhão de toneladas de biomassa disponíveis anualmente nos EUA para a produção de etanol de segunda geração. Esse processo de produção de etanol utiliza cascas, folhas e espigas de milho como matéria-prima, fornecidas por propriedades agrícolas da região. O futuro crescimento da produção desse tipo de álcool, considerado combustível avançado pelo governo dos EUA, permitirá a diminuição do uso de grãos comestíveis para a fabricação de biocombustíveis.



Cana-de-açúcar: Perspectiva para a safra 2012/13 Região Centro-Sul

Novo modelo

Luiz Carlos Correa Carvalho*



A cana-de-açúcar depara com problemas de diferentes naturezas. Do lado estrutural, a queda das taxas de reforma dos canaviais, com aumento gradual da idade média da planta e queda na produtividade, o menor uso de insumos modernos, a alta intensidade de pragas e doenças e os custos altos. Da parte cíclica, o impacto da seca de 2010, o florescimento e as geadas em 2011 e a menor oferta e os preços altos de etanol.

Essa situação faz emergir questionamento sobre o esgotamento do modelo de crescimento, com uma taxa de expansão muito baixa. Não há políticas para incrementar investimentos como proporção do PIB setorial, de modo a reativar a produtividade e a competitividade. Se há um aumento sensível nos custos de produção, como melhorar a logística. As regras do jogo precisam ser postas às claras

Na região Centro-Sul, entre as safras 2006/07 e 2011/12, a produtividade, em termos de tonelada por hectare, variou de 58 para 78 toneladas, com a média de 68,4 toneladas, enquanto a qualidade em pol% cana ficou no intervalo de 13 a 15, na média de 14,08. Interessante é que os piores resultados foram constatados nas últimas três temporadas.

Há um desconforto no médio e no longo prazo. O desempenho da cana-de açúcar, depois de anos de expansão, entrou em um vale de baixa. A competitividade agroindustrial do Estado de São Paulo perde força em relação ao açúcar de beterraba da Europa.

A produção de cana-de-acúcar cresceu durante o triênio 2008/10. Mas, depois, os sistemas de produção ficaram fragilizados. Houve muita cana bisada (deixada no campo de uma safra para a outra) em 2009/10 e excesso de chuvas em 2010/11. Assistiu-se, em 2011, a um enorme esforço para renovar os canaviais, No entanto, a área a ser colhida será menor em 2012 em razão de três impactos:

1º Grande renovação de cana de ano e meio;

2º Elevado uso e baixa produtividade das mudas;

3º Canas de ano com dois verões (soqueiras de fim de safra).

Existem, ainda, diferentes pontos para serem levados em consideração quando se olha especificamente para a safra 2012/13. O desenvolvimento da cana está bem atrasado, com baixo rendimento e com a moagem em ritmo baixo. A colheita mecanizada traz outras dificuldades, pois não carrega toda a matéria-prima, que fica no campo além daquilo já perdido rotineiramente. Com isso, a capacidade de moenda fica ociosa.

O cenário ainda não está definido. A maturação da planta dependerá de como o clima irá correr ao longo dos próximos meses. O mix de produção poderá repetir ou não a taxa apurada no ano passado. Os números apurados para este início de safra não estão favoráveis. As socas envelhecidas, as falhas nas lavouras e a incidência de pragas e doenças são indicadores de fraca produtividade. As projeções para a safra 2012/13 da região Centro-Sul levam em conta a idade média maior (3,3%) e a produtividade agrícola menor (-1,85%) dos canaviais. O *stress* de cana está em estágio de difícil recuperação.

O mundo canavieiro não será mais o mesmo. O peso do capital externo a custo bem menor aumenta, e os mercados se abrem. A regulamentação perde força e fica com capacidade limitada. Novos *players* aparecem e pressionam a concentração. A expansão ocorrerá em áreas não tradicionais.

O nome do jogo é a sustentabilidade. Fundamentos técnicos e produtividade passam pela capacitação de recursos humanos e tecnologia com irrigação. Certificação, custos competitivos, escala de produção e comercialização são estratégias indispensáveis.

As políticas públicas devem apresentar visões de horizontes de tempo mais largos. Os tributos diferenciados e os diferenciais de preços entre etanol e gasolina devem ter regras claras para serem cumpridos. A instalação de *greenfields* é essencial, em ambiente aberto para importação e exportação. O aproveitamento da cogeração é uma oportunidade real para o País.

Centro-Sul: Estimativa de produção para a safra 2012/13

	Cana-de-açúcar (milhões de t)	Açúcar (milhões de t)*	Etanol (bilhões de l)*
Mínima	460	29,4 a 29,8	19,3 a 19,6
Média	470	30,1 a 30,5	19,8 a 20,0
Máxima	480	30,7 a 31,1	20,2 a 20,5

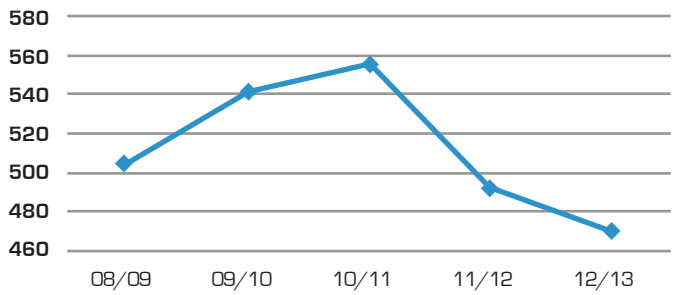
* a variação apresentada é resultado do nível de Açucar Total Recuperável (ATR) da cana-de-açúcar

Fonte: Canaplan



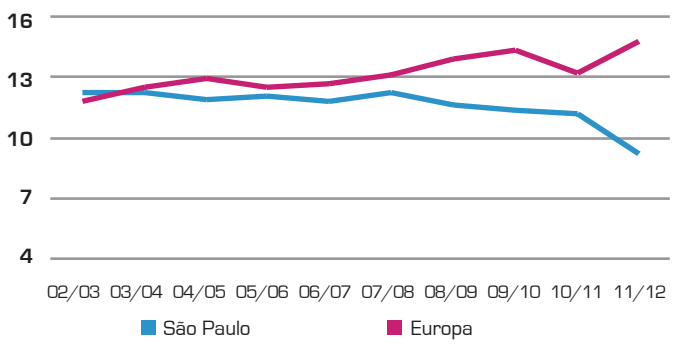
SXC.HU

Centro-Sul: Produção de cana-de-açúcar (milhões de t)



Fonte: Canaplan

Produtividade agroindustrial de açúcar (t/ha)



Fontes: Unica e Tereos Internacional

*Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e Diretor da Canaplan

Pacotes tecnológicos

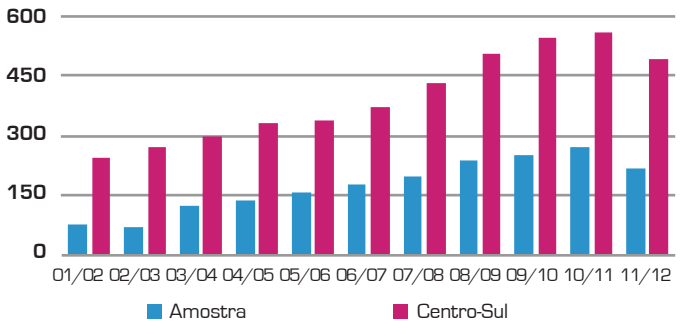
Júlio Campanhão*



Para a realização da previsão de safra de cana-de-açúcar na região Centro-Sul, a Canaplan ampliou o tamanho da amostra à medida do aumento da produção no correr dos anos. Para a safra 2012/13, ficou próxima de 50%. A participação dos fornecedores e das usinas correspondeu, respectivamente, a 32,7% e 67,3%. Esses valores permanecem relativamente estáveis.

Na safra 2011/12, a produtividade da cana-de-açúcar mostrou uma quantidade menor quando comparada a diferentes indicadores. Para as canas de ano, ano e meio, 1º corte, 2º corte, 3º corte, 4º corte e demais cortes, os volumes estiveram abaixo em relação ao histórico. Também quando se compara a média de cada mês entre abril e novembro de 2008/2009/2010, ocorre uma redução.

Participação da amostra na produção total (milhões de t)



Fonte: Canaplan

Nas análises efetuadas pela Canaplan, a qualidade da matéria-prima em pol% de cana foi maior em 2006/07 (14,74) e menor em 2009/10 (13,03). A média do período 2004/2012 (14,08) ficou acima de 2011/12. O pol% de cana entre 2008 e 2011 mostrou um comportamento típico de crescimento entre abril e julho, com o pico de agosto a outubro e diminuição durante novembro e dezembro.

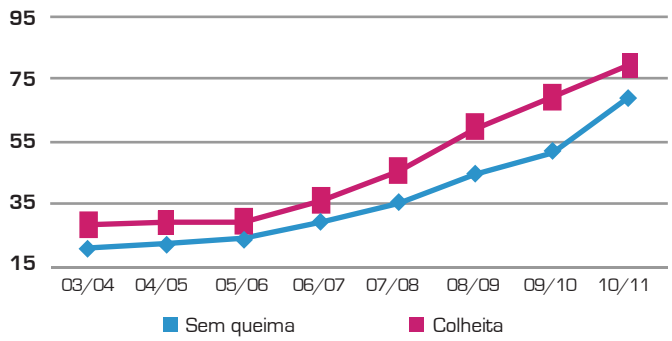
Na safra 2011/12, a quebra na região Centro-Sul atingiu 21,5%, sendo 19,1% em decorrência de clima desfavorável e 2,4% por causa da qualidade. A maior quebra aconteceu em Mato Grosso do Sul e a menor, em Mato Grosso.

Entre 2003 e 2008, as amostragens feitas pela Canaplan mostraram que os principais fatores de competitividade foram: clima (50%), solo (23%), planta (13%) e manejo (14%). A concentração de colmos por metro e o peso do colmo são tidos como componentes influentes na produtividade agrícola.

A contingência climática sempre será imponderável na produção agrícola, mas a adoção de um conjunto de medidas pode minimizar seu impacto negativo. A universidade ensina que a produtividade do solo reflete o que está abaixo do nível do solo. Com a mecanização crescente das práticas agrícolas, do plantio à colheita, cabe aprimorar o pacote tecnológico contra os fatores de redução da produtividade. O pol% de cana, quando se colhem variedades na época recomendada, vai de 23% em abril para 89% em setembro e depois reduz a 48% em novembro. A média do ano é de 66%.

Assim, se a deficiência hídrica é uma condição adversa que deixa os entrenós da planta curtos e finos, a compactação do solo merece tratamento especial. O melhor manejo da cultura implica na adubação diferenciada para corrigir a deficiência de nutrientes, até o controle das doenças, pragas e das ervas daninhas. A escolha do material adequado é vital para a colheita na época, recomendada para precoces e tardias. Atentar para as falhas de brotação decorrentes da colheita com muita umidade e da competição do mato.

Centro-Sul: Tipo de colheita de cana (milhões de t)



Fonte: Canaplan



*Analista da Canaplan

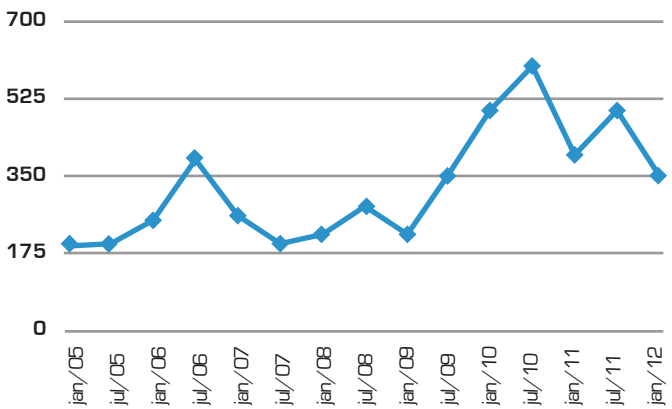
Demandas e ofertas globais

Martin Todd*



Como os seus preços praticamente dobraram a partir de 2008, a produção de açúcar ganhou estímulo de produção no mundo. De 1990 a 2010, o Brasil dominou amplamente o incremento na oferta do produto, com avanço de 33 milhões de toneladas, contra oito milhões da Índia e sete milhões do resto do mundo. Já entre 1990 e 2012, o aumento brasileiro foi de 32 milhões de toneladas, com um salto na Índia de 15 milhões, Tailândia de 3,5 milhões, Rússia de 3,0 milhões e no resto do mundo com 11,5 milhões.

Mundo: Preço do açúcar (US$/t)



Fonte: LMC International

A produção indiana de açúcar mostra uma tendência de crescimento, pois passou de 20 milhões de toneladas para 24 milhões. Essa variação não foi regular no período, com baixa de quase 30% entre 2007/08 e 2009/10. Já o consumo subiu linearmente de 20 milhões para 24 milhões de toneladas.

Fora o Brasil e a Índia, resta saber os países com capacidade excedente de produção, investimentos em novas plantas e as limitações impostas pelas regulamentações.

Com capacidade de produção, existem indústrias em ociosidade. Os preços do açúcar, seja de cana ou de beterraba, precisam atrair os produtores. Como falta também competitividade para exportação, a produção se limita a atender aos mercados domésticos, como acontece na Austrália, África do Sul, Ucrânia, China, Índia, no Paquistão e Vietnã.

Durante 2005/06 e 2011/12, ocorreram mudanças no balanço de oferta e demanda dos países. O consumo da Austrália permaneceu estável em 1,0 milhão de toneladas, mas a produção caiu de 5,5 milhões para 4,0 milhões de toneladas. A Rússia busca a autossuficiência, com aumento na produção de 2,5 milhões para 5,0 milhões de toneladas, com consumo de 5,5 milhões. O consumo chinês passou de 12



milhões para 15 milhões de toneladas, enquanto a produção ficou entre 9 a 11 milhões.

Novas plantas estão em construção na Tailândia, Índia e no continente africano (Angola, Etiópia, Quênia, Moçambique, Zimbábue e outros). A Tailândia opera em plena capacidade, com uma produção ascendente de 4,5 a 10,5 milhões de toneladas e consumo de 2,5 milhões entre 2005/06 e 2011/12. A sua capacidade de expansão é de 2,0 milhões de toneladas. No sudeste e leste africano, de 2005/06 e 2011/12, a produção passou de 3,0 para 4,0 milhões de toneladas, com consumo de 2,5 milhões e capacidade de expansão de 1 milhão.

Com a política de quotas de produção na Europa e o controle na comercialização nos Estados Unidos, essas duas importantes regiões consumidoras de açúcar estão limitadas na expansão da produção.

O consumo mundial de açúcar cresce 3,0 milhões de toneladas por ano. Na presente temporada, há um excedente de 7 a 8 milhões de toneladas. Até 2015, será necessário aumentar a oferta de 3 a 5 milhões de toneladas. Isso é possível, mas a produção mostra volatilidade. A demanda sobre o produto brasileiro continuará.

*Analista da LMC International

Mercado de combustíveis

Tarcilo Ricardo Rodrigues*



As políticas mandatárias dos governos em relação à mistura do etanol na gasolina ocorrem em todos os continentes. No mundo, a demanda deve crescer 3,5% neste ano. Nos Estados Unidos, depois de ser reconhecido pela Agência de Proteção Ambiental como combustível avançado, o etanol feito a partir da cana vive um novo momento, com ampla possibilidade de exportação nos próximos anos. Na Europa, a demanda poderá ultrapassar a capacidade de produção por volta de 2015.

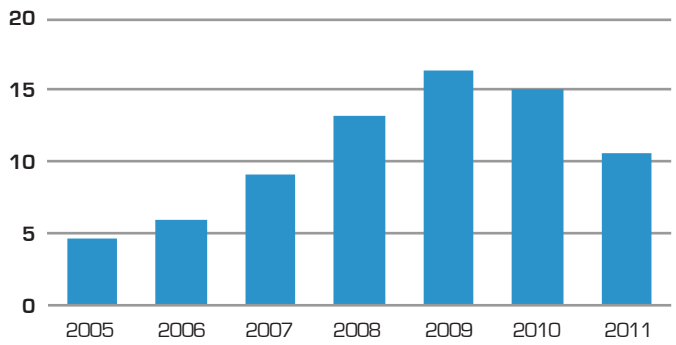
Brasil: Consumo de gasolina (milhões de l)

Combustível	2008	2009	2010	2011
Etanol anidro	6.294	6.352	7.088	8.383
Gasolina A	18.881	19.057	22.756	27.069
Gasolina C	25.175	25.409	29.844	34.452

Fonte: ANP

No Brasil, a gasolina comum C se encontra disponível no mercado, sendo comercializada nos postos revendedores e utilizada em automóveis. A sua preparação é feita pelas companhias distribuidoras que adicionam álcool etílico anidro à gasolina tipo A, produzida pelas refinarias de petróleo e entregue diretamente às companhias distribuidoras.

Brasil: Produção de etanol hidratado (bilhões de l)



Fonte: ANP

O etanol hidratado carburante possui 93% de etanol puro e 7% de água. Sua utilização no Brasil iniciou-se em 1979, com o lançamento dos carros a álcool, na segunda fase do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Atualmente, a gasolina compete com o etanol hidratado em razão de fatores tributários e de controle de preços.

*Analista da Agência de Fomento de Energia de Biomassa (Biogênica)



SXC.HU



SXC.HU

Arbitragem favorece o açúcar

Luiz Silvestre*

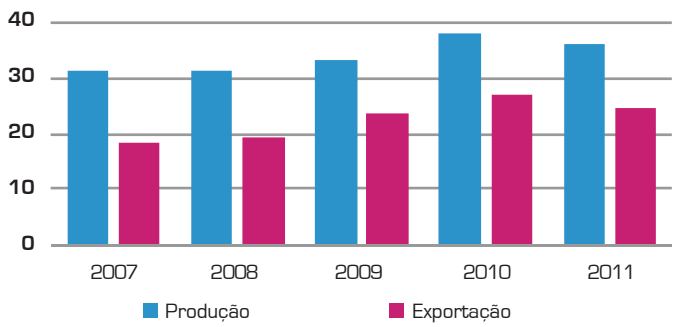


Clima favorável e preços elevados ajudaram a aumentar a produção em diversas regiões do mundo, como Tailândia, União Europeia (UE), Rússia e Índia. Entre os países que ganharão participação nas exportações estão Tailândia e Índia, enquanto Rússia e UE dependerão das importações.

Embora com custo de produção em alta de USc$15,1 a USc$19,3, de 2009 a 2001, além do real valorizado frente o dólar, o Brasil segue com competitividade, acima da Tailândia (USc$ 20,9), Índia (USc$ 23,7), França (US$ 28,0), Alemanha (US$ 29,5) e China (USc$ 35,4), mas perde para a Guatemala (US$ 16,9) e Austrália (USc$ 16,3).

A participação brasileira no mercado mundial de exportação de açúcar bruto foi de 60% em 2011. Em milhões de toneladas, os principais exportadores foram Brasil (21), Tailândia (5) e Austrália (3). No açúcar refinado, os principais exportadores em milhões de toneladas foram Tailândia (2,2), UE (2,1), Brasil e Emirados Árabes (0,9) e Guatemala (0,6). Nos embarques de açúcar cristal, foram Brasil (2,8), Índia (1,3) e Tailândia e Paquistão (0,60).

Brasil: Produção e exportação de açúcar (milhões de t)



Fonte: Secex

Para as temporadas 2010/11 e 2011/12, o superávit mundial esperado é de 9,0 para 5,0 milhões de toneladas. O custo de exportação do Brasil está projetado em USc$ 21,50, com a taxa de câmbio de US$ 1,79. A safra promete bons resultados, e a arbitragem favorece a exportação de açúcar. Como proteção à volatilidade dos preços, algumas vendas estão sendo antecipadas.

*Diretor da ED&F Man

Ânimo, preocupação e esperança

Alexandre Enrico Figliorino*



O setor sucroenergético brasileiro convive em um ambiente desfavorável do ponto de vista técnico e econômico. Na crise de 2008, iniciada nos Estados Unidos, a cadeia vinha de uma fase de euforia em termos de investimentos, com os canaviais mais estruturados e jovens. O açúcar começava seu ciclo de alta, e os custos de produção estavam bem abaixo da paridade energética com a gasolina. Com o governo mostrando comprometimento, um número grande de *players* entrava na atividade, com os negócios alavancados, fruto do alto nível de investimento.

Capacidade de investimento das usinas

% de Usinas	Situação
65%	Preparadas para novos investimentos, aquisições ou pertencentes a grandes grupos (dívidas abaixo de R$ 70 por tonelada moída).
18%	*On hold*. Em recuperação, com dívida entre R$ 70 a R$ 100 por tonelada moída.
17%	Alavancadas com a necessidade de saída via operação estratégica (mais de R$ 100 de dívida por tonelada moída).

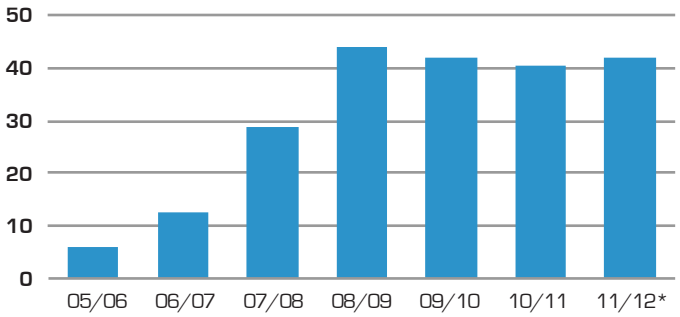
Fonte: Itaú/BBA

Nessa pré-crise de 2012/13, os canaviais dão sinais de envelhecimento. Para o açúcar, o cenário de preços está indefinido e há menor dependência externa da oferta brasileira. O custo de produção do etanol se aproxima do nível de paridade da gasolina. Há menor interesse pela aquisição de ativos por novos entrantes, e grandes *players* estão mais voltados para consolidar as suas operações. Algum movimento de saída de *players* que entraram no setor recentemente já é notado. A alavancagem decorre de problemas climáticos e operacionais. O ano passado foi marcado pela crise de diálogo entre o setor e o governo.

O vento corre a favor quando se olha o fortalecimento do dólar em relação ao real e o preço do barril de petróleo acima de US$ 100. Clima desfavorável em outras partes do mundo ajuda e equacionar o problema de oferta e demanda no curto prazo. A disponibilidade de linhas de financiamento adequadas para plantio e armazenagem também favorece.

O quadro de preocupação parte da baixa rentabilidade do etanol e do fato de cerca de um terço das empresas estar em situação financeira ruim. Há um desincentivo para bioeletricidade; e falta transparência na política de preços da gasolina no longo prazo. A insegurança aumenta com os rumos

Estimativa setorial da dívida (R$ bilhão)



(*) projeção
Fonte: Itaú/BBA

a serem dados para o Código Florestal, a aquisição de terras por estrangeiros e a Norma Regulamentadora 31, que rege o trabalho rural.

As esperanças estão depositadas no aumento do preço da gasolina e na desoneração tributária do etanol (PIS/Cofins e ICMS). A readequação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) refletiria as externalidades positivas do biocombustível em relação ao fóssil. O incentivo à bioeletricidade passa pela realização de leilão por fonte e área geográfica, com a desoneração tributária dos investimentos. O desenvolvimento de novas tecnologias representa alternativa para dar respostas a esses problemas atuais e reduzir os custos de produção. ■



SXC.HU

*Diretor do Itaú/BBA



agência3

QUEM QUER SER REFERÊNCIA NO MERCADO

ESTUDA COM QUEM JÁ É.

FAÇA SUA PÓS-GRADUAÇÃO NA ESCOLA DE ECONOMIA DA FGV.

LATO SENSU

// MASTER IN FINANCIAL ECONOMICS (CEAFE) | Duração 18 meses

Áreas de Concentração:
:: Investimento Renda Fixa
:: Investimento Renda Variável

// MASTER IN BUSINESS ECONOMICS (CEABE) | Duração 18 meses

Áreas de Concentração:
:: Economia de Empresas
:: Mercado de Capitais

STRICTO SENSU

// MESTRADOS PROFISSIONAIS | Duração 24 meses

:: Finanças e Economia Empresarial
:: Agroenergia

WWW.FGV.BR/EESP

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

EESP
Escola de Economia de São Paulo

Política agrícola

Plano Brasil Sem Miséria

Eduardo Daher*

A PRESIDENTA Dilma Rousseff, nos seus 18 meses de mandato, procura imprimir um perfil próprio ao governo, embora preserve alguns traços do governo anterior. Foram mantidas as políticas sociais do governo Lula, a aposta no crescimento econômico e medidas anticíclicas para enfrentar a crise na Europa, como a redução dos juros e o incentivo à tomada de crédito, tanto pelas cadeias produtivas industriais quanto pelos consumidores. Apesar de sua contribuição estratégica para o crescimento sustentado da economia – o que de fato tem se verificado –, o complexo do agronegócio ainda não obteve a devida estatura e o reconhecimento dentro dos planos e das prioridades governamentais.

Completará um ano, no próximo dia 2 de junho, o lançamento do plano Brasil Sem Miséria. A ideia motora parece correta: integrar em um amplo programa diversas ações sociais isoladas sob o comando do governo federal. O plano envolveria a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes, em parceria com Estados, municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil. Para a agricultura, uma das metas do Brasil Sem Miséria é aumentar em quatro vezes o número de agricultores familiares atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos. O governo promete a assistência técnica a 253 mil famílias, que ainda receberão insumos para o plantio. Projeta o fomento de R$ 2,4 mil por família para apoiar o aumento da produção e a comercialização excedente dos alimentos. A meta é ambiciosa: até 2014, tirar da miséria absoluta 16,2 milhões de pessoas, população-alvo do plano. Das metas à realidade difícil: o plano Brasil Sem Miséria previu investimentos, em seu primeiro ano, da ordem de R$ 205 milhões; entretanto, fechou 2011 com aportes que representaram apenas 1% dos recursos previstos

A agricultura, particularmente a chamada familiar, ainda convive com gargalos prementes em diversos setores. Ao lado de políticas públicas, será importante estimular os arranjos estratégicos que envolvam entidades do setor, comunidade científica, institutos de pesquisa, órgãos de governos e empresas privadas. Com a preocupação de educar os agricultores, especialmente os pequenos produtores, destacamos as seguintes sugestões – já contempladas na iniciativa Agricultura em Primeiro Lugar, liderada por pesquisadores, acadêmicos e profissionais dos segmentos produtivos.

Para realizar uma agricultura sustentável, são necessárias a pesquisa intensiva e contínua, técnicas de supervisão sustentável (*stewardship*) e adaptação às mudanças de clima. Nesse sentido, é fundamental fortalecer e dinamizar os estímulos à Pesquisa e Desenvolvimento para as cadeias produtivas de alimentos – afinal, o conhecimento científico de instituições públicas e empresas privadas se materializa nas tecnologias aplicadas aos vários elos produtivos da agropecuária.

O acesso a processos mais eficientes agregados à produção gera ganhos exponenciais em sua produtividade. As perdas são dramáticas, por exemplo, quando falham os manejos de controle fitossanitário. Conforme atestam instituições de pesquisa como a Embrapa, a doença da ferrugem asiática pode diminuir em até 80% a produtividade de uma lavoura. Na cultura do milho, a lagarta do cartucho representa um potencial de até 60% de perda na produção de grãos. Nos canaviais, a infestação de cupins pode causar danos de até dez toneladas por hectare. No algodão, a virose mosaico das nervuras pode reduzir a produção em até 60%. Portanto, é preciso conferir maior agilidade aos órgãos governamentais encarregados de analisar e aprovar as novas tecnologias demandadas pelos agricultores, bem como oferecer um horizonte de maior previsibilidade às empresas para definirem seus planos de investimentos.

Um programa que vislumbre o fim da miséria não pode prescindir de um agronegócio tecnicamente competitivo. Esta visão estratégica terá melhores resultados quanto mais as lideranças políticas e a sociedade como um todo entenderem que o caminho para o desenvolvimento do País, com geração de emprego, renda e a vida melhor que todos almejamos, passa, necessariamente, pela produção sustentável no campo. ■

Agricultura em primeiro lugar

A iniciativa Agricultura em Primeiro Lugar sugere as ações apoiadas nos seguintes pilares:

- extensão rural, pois muitas vezes as novas tecnologias não chegam aos agricultores;
- auxiliar os agricultores a gerenciar o processo de produção;
- proteger as colheitas, pois, segundo a FAO, perdem-se de 20% a 40% das colheitas por falta de manejos adequados e tecnologias eficientes;
- facilitar acesso ao mercado; e
- prioridade para a pesquisa.

*Economista; pós-graduado em Administração de Empresas e diretor-executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

Avicultura brasileira

Progressos e perspectivas

Francisco Turra*

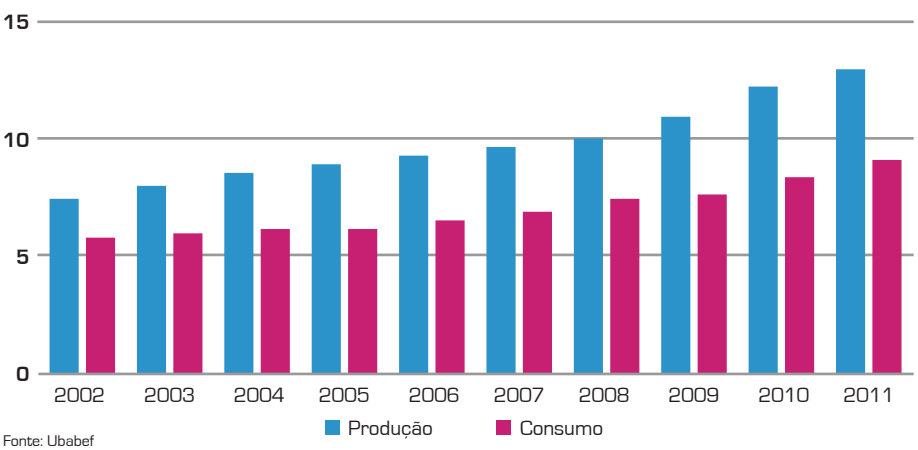
A AVICULTURA brasileira é um caso de sucesso, não só nacional, mas também mundial. De 2002 a 2011, a produção nacional deu um salto espetacular de 74,7%, enquanto o consumo evoluiu 15,5%. O Brasil é o terceiro produtor mundial, com 13,1 milhões de toneladas em 2001, atrás dos Estados Unidos e da China, respectivamente, com 16,7 milhões de toneladas e 13,2 milhões de toneladas.

O mercado interno absorve 30% da produção, enquanto 70% são exportados. Em 2011, os principais destinos foram Arábia Saudita (16%), União Europeia (12%), Japão (11%), Hong Kong (9%), Emirados Árabes, China, África do Sul e Venezuela, com 5% cada. Os outros países representaram 25% das exportações. A Rússia importou 418,8 mil toneladas, o que representa queda de 36,3% na comparação com 2010. A diversidade de importadores da carne avícola brasileira diminui o risco de uma possível crise com algum país específico. Os produtos foram embarcados como inteiros (52%), em cortes (38%), processados e salgados (5% cada um).

A evolução das exportações brasileiras de aves chama a atenção pela velocidade de seu crescimento. Os primeiros lotes foram enviados em 1975. Quase 21 anos depois, em 1996, a quantidade embarcada chegava a meio milhão de toneladas. Passados cinco anos, em 2001, chegava a um milhão de toneladas. Depois, em intervalos de três anos, passou para dois milhões de toneladas em 2004 e três milhões de toneladas em 2007. A quantidade apurada em 2011 foi de 3,7 milhões de toneladas, no valor de US$ 7.497 milhões.

Para 2012, a avicultura nacional deve experimentar crescimento moderado, em torno de 2%, tanto na produção quanto na exportação, em função da crise internacional. Apesar de o consumo interno ter atingido 47,4 quilogramas por habitante em 2011, existe certa cautela nas previsões. Com muita turbulência no mercado exterior, alguns países compradores buscam proteger o produtor local. Se não contasse com 154 mercados abertos, na condição de maior exportador, com 40% do mercado, o impacto sobre o Brasil seria forte.

Brasil: Balanço de oferta e demanda de frango (mil t)



Fonte: Ubabef

Do ponto de vista sanitário, a avicultura mostra resultados satisfatórios, diante do eficiente trabalho realizado pelo setor produtivo junto com o governo. Presente na América do Sul, América Central e em muitos países do continente europeu, desde 2006, o Brasil não registra a ocorrência da doença de *new castle*, assim batizada por ter sido detectada pela primeira vez na cidade inglesa de mesmo nome. Já a temerária gripe aviária, constatada na Ásia, África e Europa, também não verifica foco no território nacional. As duas doenças são altamente contagiosas, pois se espalham muito rapidamente e podem condenar a produção do aviário, além de bloquear automaticamente a exportação.

Na questão da sustentabilidade, a cadeia avícola nacional apresenta uma baixa emissão de Gases do Efeito Estufa (GEEs), quando comparada a outros países, segundo estudo do Departamento de Meio Ambiente, Alimentos e Assuntos Rurais (Defra, em inglês), da Inglaterra. As estimativas são de que o consumo de energia e as emissões de GEEs no Brasil são, respectivamente, 25% e 17% menores se comparados com o Reino Unido. Na emissão de gás carbônico, em toneladas equivalentes de gás carbônico, o Brasil está com 1,2, o Reino Unido com 2,2, e a França com 2,4.

Existem diversos fatores para explicar esse desempenho nacional mais favorável. Com clima favorável, fica mais baixo o seu consumo de energia para ventilação e aquecimento dos aviários. Por sua vez, a sua grande produção local de grãos e rações demanda menos transporte e requer uma estrutura de produção simplificada. ■

*Presidente da Ubabef, no Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp.



@istockphoto

EM 2012, TODO MUNDO (E O MUNDO TODO) VAI SER MAIS COOPERATIVO.

2012
Ano
Internacional das
Cooperativas

2012 foi escolhido pela ONU para ser o Ano Internacional das Cooperativas. Nada mais justo, já que o cooperativismo é um movimento que gera qualidade de vida para cerca de 1 bilhão de pessoas ao redor do mundo. O sistema cooperativista brasileiro faz parte desta iniciativa e vai promover uma série de ações por todo o país para informar à sociedade os benefícios do setor.

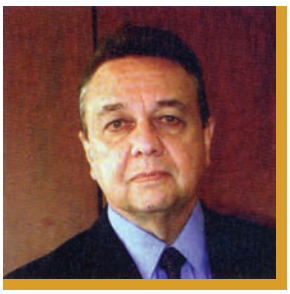
Se você acredita no ideal da cooperação, cole sua foto no espaço marcado neste anúncio. Afinal, você também pode ser mais cooperativo.

SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP

www.brasilcooperativo.coop.br

Diário de bordo

Bons ventos até quando?



Roberto Rodrigues*

A ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) anunciou que os preços globais dos alimentos subiram pelo terceiro mês consecutivo em março de 2012, basicamente por causa do aumento de preços dos óleos vegetais usados na culinária. E estes, por sua vez, foram empurrados pelos elevados preços da soja, cuja produção no Brasil, na Argentina e no Paraguai (somados) terá uma queda de mais de 25 milhões de toneladas em relação à expectativa desta safra. Por outro lado, as informações do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda) são que os americanos plantarão mais milho e menos soja na próxima safra. Ainda segundo a FAO, não houve uma alta maior, porque os preços do leite caíram globalmente, enquanto açúcar e carne se mantiveram estáveis.

As exportações do agronegócio brasileiro no primeiro trimestre deste ano cresceram 8,7% em valor quando comparadas com as do ano passado. Em 2011, exportamos US$ 17,8 bilhões, e neste ano chegamos a US$ 19,4 bilhões. A soja foi a vedete deste aumento, pois suas receitas no trimestre foram mais que o dobro do valor no ano passado: foram 6,81 milhões de toneladas de grão, com o valor de US$ 3,24 bilhões, contra 3,16 milhões de toneladas no período igual do ano passado, mais de 115% maior, e o valor foi de US$ 1,6 bilhão.

Mas o mais importante desta numerologia é o saldo comercial do País todo: no trimestre, foi de US$ 2,44 bilhões, menor que o do ano passado, que foi de US$ 3,15 bilhões. Mas o superávit comercial do agronegócio deste ano foi de US$ 15 bilhões, contra US$ 13,9 bilhões de 2011, o que mostra que:

I – os demais setores foram deficitários em US$ 12,66 bilhões; e

II – o agronegócio continua sustentando o saldo comercial brasileiro, como faz há muitos anos.

Esses dados confirmam a impressionante competitividade do agro brasileiro. Com todos os conhecidos problemas de logística, de juros e impostos elevados, de poucos subsídios (inferiores apenas os da Nova Zelândia e da Austrália), com os problemas cambiais, e isso tudo somado agora à falta de mão de obra especializada, mesmo assim, seguimos ganhando mercados e crescendo em produção e exportação.

Os pequenos produtores têm um novo e relevante papel neste jogo, basicamente graças ao trabalho do cooperativismo.

As exportações das cooperativas do País apresentaram crescimento de 39,8% em 2011 na comparação com o mesmo período de 2010 (US$ 4,417 bilhões), totalizando US$ 6,175 bilhões (os valores subiram até 39,8%, mas em quantidade de produtos exportados o aumento foi de 3,6% em relação a 2010). Este foi o maior resultado alcançado desde o início da série em 2005. A participação das cooperativas na pauta total das vendas passou de 1,9%, em 2005, para de 2,4% em 2011.

O cooperativismo brasileiro vem experimentando um vigoroso processo de modernização, especialmente no setor agropecuário, em que fusões e aquisições vêm se consolidando. O número de cooperativas está diminuindo por causa disso, mas o número de cooperados cresce sem parar, especialmente por causa dos pequenos produtores atraídos pelos bons resultados do movimento.

Este crescimento não é gratuito: as cooperativas agropecuárias investiram muito em gestão, atingindo uma eficiência que as coloca na vanguarda de empresas do setor no País todo. Só as cooperativas agropecuárias do Paraná, por exemplo, estão investindo este ano R$ 1,3 bilhão, dos quais 85% na construção de frigoríficos, moinhos e silos, uma expansão extraordinária do seu parque industrial.

Todo este vasto programa de investimentos se insere na programação preparada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em sua visão para o século 21.

O resultado não poderia ser outro: pequenos produtores se fortaleceram com o fortalecimento das cooperativas agropecuárias, que agregam valor às matérias-primas, vão ocupando espaço no mercado externo; e o País lucra com o crescimento das exportações.

Um círculo virtuoso que vai aproveitando os bons ventos dos preços internacionais elevados, que, segundo o FMI, tendem a cair já no ano que vem, ou até antes, se a economia dos ricos se complicar mais... ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Fórum Mundial da Água



Cesário Ramalho da Silva*

PARTICIPEI, EM março, do 6º Fórum Mundial da Água, realizado na cidade de Marselha, França. O evento foi um sucesso, atraiu representantes de 140 países e um total de 25.000 pessoas. A delegação brasileira teve presença marcante, representada por deputados e senadores, pela Agência Nacional de Águas (ANA), com seu *stand* temático, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), além de prefeitos e secretários estaduais de meio ambiente.

Durante o Fórum, a senadora Kátia Abreu, também presidente da CNA, defendeu o desempenho, a qualidade dos produtos, a sustentabilidade e os cuidados ambientais da agropecuária brasileira. A senadora propôs a criação de áreas de proteção permanente no mundo, seguindo experiência bem-sucedida no Brasil com as chamadas APPs (Áreas de Preservação Permanente). A iniciativa visa incentivar a proteção, em todo o mundo, de áreas localizadas às margens de rios, das nascentes e das áreas de grande declividade, a fim de proteger a qualidade das águas, indispensáveis à agricultura e à sobrevivência dos seres vivos no planeta.

Não há dúvida de que a proposta das APPs mundiais causará muitos debates, como assinalou a própria senadora. Essa modalidade de preservação é importante, mas também tem limitações; não pode ou deve ser adotada em todos os lugares.

O parlamento brasileiro, durante os debates para a mudança do Código Florestal, discutiu quais critérios devem ser adotados para a delimitação das áreas de preservação, mas não a sua existência. A lei atual determina a presença das APPs em todas as propriedades agrícolas, porém, a Embrapa continua realizando estudos técnicos para detectar onde existe realmente a necessidade de sua presença, o que subsidiará, no futuro, o aperfeiçoamento da nossa legislação florestal.

Muitos países dependem inteiramente da agricultura feita nas margens dos rios. Os exemplos mais conhecidos são o Egito, conhecido como "dádiva do Nilo", e o Iraque, onde se situava a antiga Mesopotâmia, o berço da agricultura, na planície entre os rios Tigre e Eufrates. Nas grandes planícies, onde os rios caminham lentamente, a agricultura nas margens é uma tradição da humanidade. Lá estão os melhores solos, que podem ser cultivados e irrigados facilmente, com pequeno dispêndio de fertilizantes e de energia. Deslocar a agricultura desses locais seria prejudicial à humanidade e ao meio ambiente. Já em áreas de relevo acidentado, nas margens de rios que correm rápido, as APPs podem ser implantadas com mais facilidade e podem ser componentes importantes para a conservação do solo.

Ainda durante o Fórum, ambientalistas brasileiros ligados a ONGs tradicionais e conhecidas fizeram severas críticas à senadora Kátia Abreu. Acusaram-na de hipócrita, pois a proposta de APPs mundiais seria divergente das propostas defendidas pelo setor produtivo brasileiro para a atualização e modernização do Código Florestal brasileiro.

Foi triste ver brasileiros apostando contra o Brasil, usando um evento internacional para prejudicar a nossa imagem e a dos nossos produtos. Tais atitudes têm reflexos concretos, prejudicam nossas exportações, fragilizam a economia e sequestram empregos. É difícil saber se ataques como os praticados se devem a um radicalismo extemporâneo ou é algo insuflado por nossos competidores internacionais.

Os agricultores não compreendem os motivos das agressões. Estão convictos de que nossa produção agrícola é feita com tecnologia, cuidados com a conservação do solo, respeito à biodiversidade e se apoia nos três pilares de sustentabilidade hoje defendidos pelos organismos internacionais: social, econômico e ambiental.

Felizmente, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, recolocou as coisas nos seus devidos lugares e reparou os delirantes ataques feitos à senadora Kátia Abreu. No começo de abril, em audiência pública na Subcomissão Permanente da Água, no Senado, apoiou a sugestão de Kátia Abreu de que o governo brasileiro leve para a Rio+20 a proposta de APPs mundiais. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira

Opinião

Sucroenergia: desafios e perspectivas



Mônika Bergamaschi*

SÃO PAULO concentra 65% da produção nacional de cana-de-açúcar. Aqui estão sediadas 183 das 451 usinas existentes no País. Segundo a Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (Orplana), o Estado possui 17 mil fornecedores, que responderam por aproximadamente 25% da produção de cana na safra 2010/11. Além de estratégico, especialmente no que se refere à produção de biocombustíveis e bioeletricidade, o setor lidera o *ranking* paulista de valor da produção agropecuária estimado para o ano agrícola 2011/12, com 44,4%, o equivalente a R$ 27,260 bilhões. Em 2011, a área de corte cresceu cerca de 2,6% em relação a 2010.

Vale ressaltar que São Paulo é o primeiro Estado da Federação a iniciar o uso da palha da cana como biomassa para a cogeração de energia elétrica. O material, geralmente, é deixado no campo como cobertura morta. No entanto, ao mesmo tempo em que a cogeração se configura como importante incremento de renda para o setor, ainda restam desafios a serem superados quanto ao aproveitamento da palha e ao aprimoramento dos mecanismos que definem os preços dos leilões de energias alternativas.

A importância da canavicultura paulista leva a uma grande questão: o que esperar de 2012? Tudo indica que a produção não deverá crescer, seja pelo modesto plantio de novas áreas, pelos baixos investimentos nos tratos culturais e nas reformas dos canaviais em 2011, seja pelas condições climáticas desfavoráveis do primeiro trimestre deste ano, que em muitas regiões retardaram o desenvolvimento da planta.

Vivemos uma crise de oferta, e há espaço para o aumento do consumo de etanol. Estudo do IEA (2011) estima que em 2015 a frota brasileira de veículos leves (gasolina e *flex*) será de aproximadamente 36 milhões, com consumo potencial de cerca de 56 bilhões de litros. Considerando o ambiente atual de produção de etanol, sob essa perspectiva e com a adição de etanol anidro à gasolina mantida entre 18% e 25%, para atender a essa demanda seriam necessárias mais 113 usinas, com capacidade média individual para esmagar três milhões de toneladas de cana por safra.

Temos potencial e tecnologias à disposição. O governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, está em constante trabalho de aproximação com o setor para que seja possível alcançar os melhores resultados. A rede da Secretaria, que inclui institutos de pesquisa e coordenadorias de assistência técnica e defesa, pode dar suporte com tecnologias que ajudarão no avanço da recuperação das perdas das últimas safras.

Um bom exemplo é a prática da irrigação, que começa a chegar também nos canaviais paulistas, e certamente será uma das poderosas ferramentas que ajudarão a alavancar o crescimento "vertical" da produção. Nesse sentido, os primeiros estudos têm demonstrado potencial de elevação dos níveis de produtividade entre 35% a 60%, principalmente, quando combinados com práticas integradas, como a fertiirrigação, que ainda traz no bojo o potencial para aumentar a longevidade dos canaviais para até nove a dez cortes, otimizando ativos e maximizando lucros.

O Estado é adepto da agricultura de baixa emissão de carbono. Até 2014, como determina o Protocolo Agroambiental assinado em 2007 pelo governo do Estado, por meio das secretarias de Agricultura e Abastecimento e de Meio Ambiente, inicialmente com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) e, em 2008, com a Orplana, 95% dos canaviais serão colhidos mecanicamente. Além disso, a maior parte da expansão canavieira paulista tem se dado sobre áreas de pastagens mal manejadas, ou degradadas.

É verdade que o setor sucroenergético vive um momento crítico. No entanto, o País é detentor de uma tecnologia revolucionária: na década de 1970, eram 65 toneladas colhidas por hectare, com uma média de três cortes. Em 2010, a média subiu para 85,1 toneladas por hectare, com cinco a seis cortes! Integração é a palavra-chave. Fortalecer o setor e contribuir para o desenvolvimento do Estado e do País requerem cooperação e visão estratégica. É o momento de virar o jogo. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preços médios de colheitadeiras em abril de 2012 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	310.000	420.00	325.000	395.00
Massey Fergusson	MF 9690	500.000	545.000	600.000	540.000
New Holland	CR 9060	667.800	709.670	760.000	680.000
New Holland	CS 660	445.200	496.769	535.000	475.000
New Holland	TC 5090	360.000	409.425	420.000	385.000
New Holland	TC 5070	318.000	349.376	375.000	300.000
Valtra	BC 6500	485.000	580.000	490.500	620.000
Valtra	BC 7500	600.000	680.000	582.000	695.000
Valtra	BC 4500	305.000	365.000	335.000	380.000
Jonh Deere	1175 HY	370.000	350.000	365.000	355.000
Jonh Deere	9470	565.000	546.000	553.000	509.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de tratores em abril de 2012 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	116.000	127.000	115.000	115.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	150.000	170.000	145.000	145.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	190.000	205.800	206.000	220.000
New Holland	TM 7030	167.480	180.000	170.000	198.000
New Holland	TM 7040	180.000	195.000	190.000	205.000
New Holland	T 7060	222.600	225.000	230.000	253.900
Valtra	BM 125-4	127.000	136.000	133.000	162.000
Valtra	BM 185-4	180.000	211.000	199.680	216.000
Valtra	BM 205-4	198.000	223.500	216.320	225.000
Jonh Deere	7205	246.000	273.000	262.945	265.000
Jonh Deere	8430	375.000	365.000	455.000	480.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de carretas em abril de 2012 (R$/unidade)

MODELO	FABRICANTE	CAPACIDADE (KG)	PREÇO (R$)
CARRETA 2 RODAS	FACHINI	3.500	3.800
CARRETA 4 RODAS	FACHINI	6.000	4.800
CBM-4000	ACTON	4.000	5.000
CBMH-3500	ACTON	3.500	5.500
CC - 2	FIDO	2.000	3.500
CC - 3	FIDO	3.000	4.000
CC - 4	FIDO	4.000	4.400
CC - 6	FIDO	6.000	5.495
CHBC	SANTA IZABEL	4.000	11.302
G. 2,000	ICMA	2.000	2.805
G. 4000	ICMA	4.000	5.293
Rio Grande	ICMA	4.000	5.580
Sumaré	ICMA	4.000	6.823
Bahia	ICMA	6.000	9.510

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Considere um pecuarista ou agricultor que queira, em abril de 2012, comprar uma carreta, modelo Bahia, da fabricante ICMA, com capacidade para seis toneladas, cujo preço é R$ 9.510,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 1.902,00) é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de dois anos, e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para setembro de 2012). A taxa de juros para a modalidade Moderfrota é de 7,5% a.a. No final do financiamento, o produtor terá pago R$ 10.160,10 pelo implemento agrícola.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
15/09/12	7.608,00	1.902,00	231,06	2.133,06	1
15/03/13	5.706,00	1.902,00	208,35	2.110,35	2
15/09/13	3.804,00	1.902,00	141,24	2.043,24	3
15/03/14	1.902,00	1.902,00	69,45	1.971,45	4
Total		7.608,00	650,10	8.258,10	-
Total pago: R$ 1.902,00 (entrada) + R$ 8.258,10 (financiamento) = R$ 10.160,10					

Produção agrícola brasileira

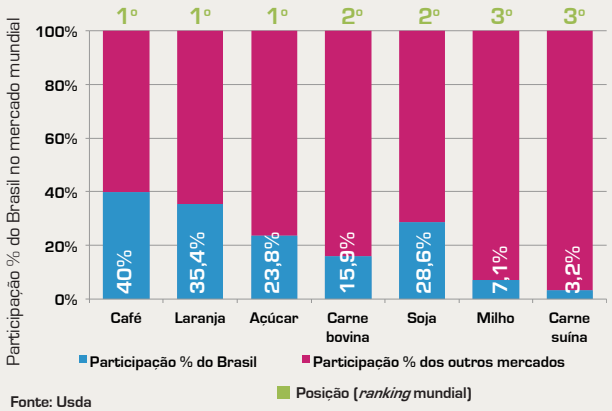
Sétimo levantamento da safra de grãos 2011/2012 - Abril/2012: estimativa de produção em mil toneladas.

Produção	2007/08	2008/09	2009/10	2010/2011 Previsão[1] (A)	2011/2012 Estimativa[2] (B)	Variação (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	2.504,7	1.890,6	1.843,1	3.228,6	3.301,2	2,2
AMENDOIM TOTAL	303,1	300,6	226,0	226,5	294,5	30,0
AMENDOIM 1ª SAFRA	256,2	246,1	191,9	199,2	262,4	31,7
AMENDOIM 2ª SAFRA	46,9	54,5	34,1	27,3	32,1	17,6
ARROZ	12.074,0	12.602,5	11.660,9	13.613,1	11.666,2	-14,3
AVEIA	230,2	232,2	244,1	379,0	353,5	-6,7
CANOLA		0,0	42,2	69,7	52,0	-25,4
CENTEIO	4,9	6,1	4,8	3,2	3,5	9,4
CEVADA	264,7	237,0	201,4	283,9	305,1	7,5
FEIJÃO TOTAL	3.520,9	3.490,6	3.322,5	3.767,5	3.668,8	-2,6
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.243,1	1.344,5	1.463,1	1.680,3	1.348,0	-19,8
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.445,5	1.371,6	1.022,8	1.398,1	1.575,5	12,7
FEIJÃO 3ª SAFRA	832,3	774,5	836,6	689,1	745,3	8,2
GIRASSOL	147,1	109,4	80,6	83,1	110,4	32,9
MAMONA	123,3	92,5	100,6	141,1	76,0	-46,1
MILHO TOTAL	58.652,2	51.003,9	56.018,0	57.407,0	65.143,9	13,5
MILHO 1ª SAFRA	39.964,1	33.654,9	34.079,2	35.925,9	36.125,2	0,6
MILHO 2ª SAFRA	18.688,1	17.349,0	21.938,8	21.481,1	29.018,7	35,1
SOJA	60.017,7	57.165,5	68.688,2	75.324,3	65.603,0	-12,9
SORGO	1.985,5	1.934,9	1.624,2	2.314,0	2.724,0	17,7
TRIGO	4.097,1	5.884,0	5.026,2	5.848,8	5.788,6	-1,0
TRITICALE	211,9	184,7	172,1	114,9	114,2	-0,6
BRASIL	144.137,3	135.134,5	149.254,9	162.804,7	159.204,9	-2,2

Fonte: Conab
(1) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (2) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

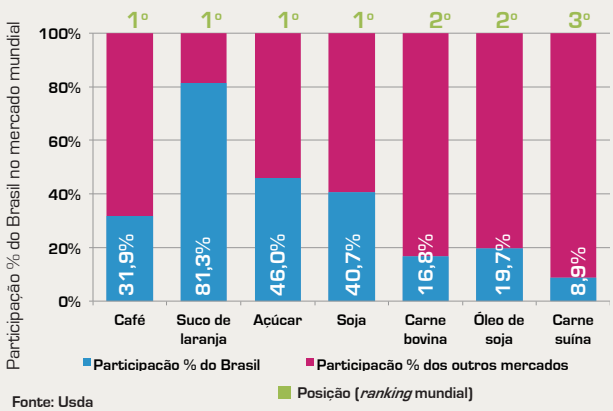
Produção agropecuária brasileira

Posição do Brasil como produtor em relação ao mercado mundial em 2011



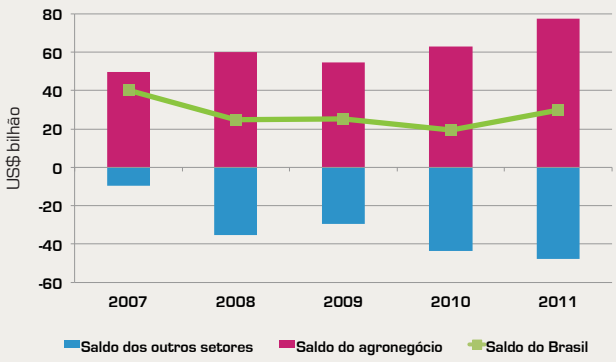
Fonte: Usda

Posição do Brasil como exportador em relação ao mercado mundial em 2011



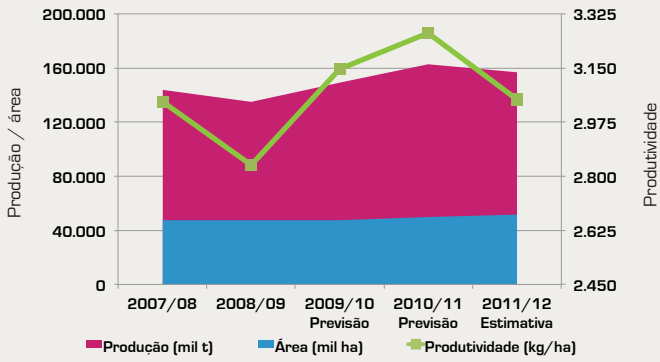
Fonte: Usda

Brasil: evolução do saldo da balança comercial



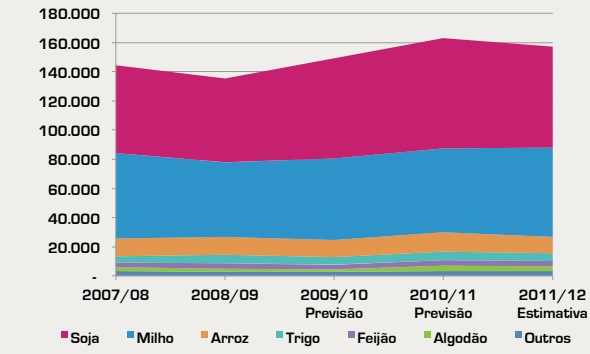
Fonte: Secex

Brasil: área plantada com grãos, produção e produtividade



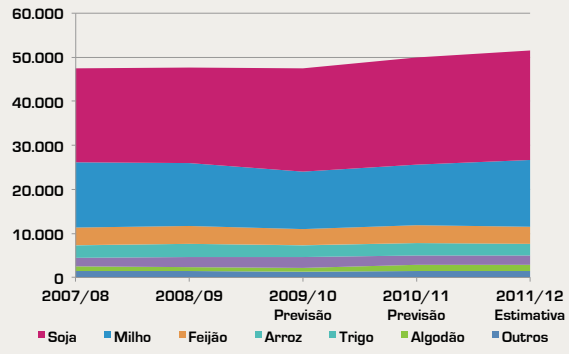
Fonte: Conab

Brasil: produção de grãos, por produto (mil t)



Fonte: Conab

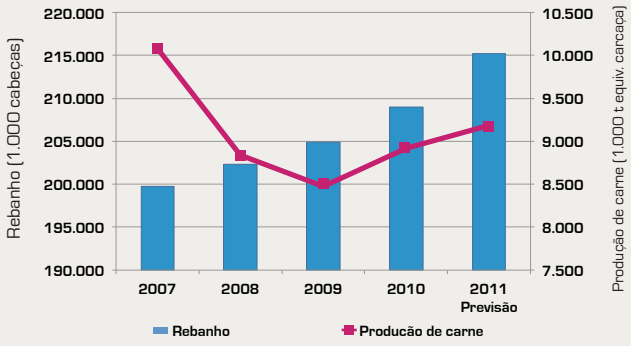
Brasil: área plantada com grãos, por produto (mil ha)



Fonte: Conab

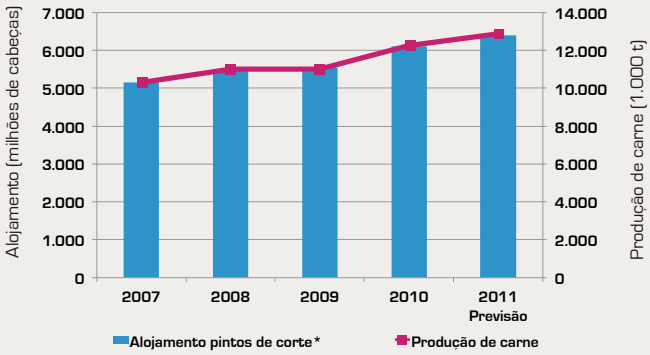
Produção agropecuária brasileira

Brasil: produção de bovinos



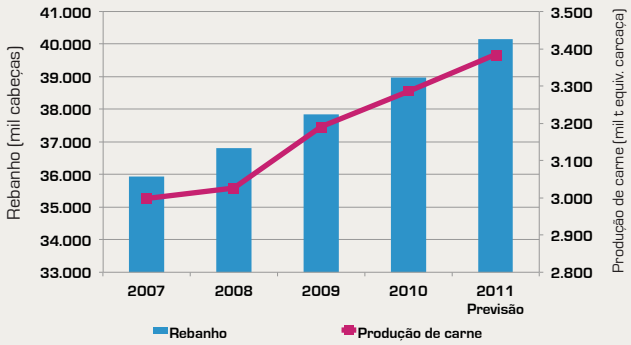
Fonte: IBGE

Brasil: produção de aves



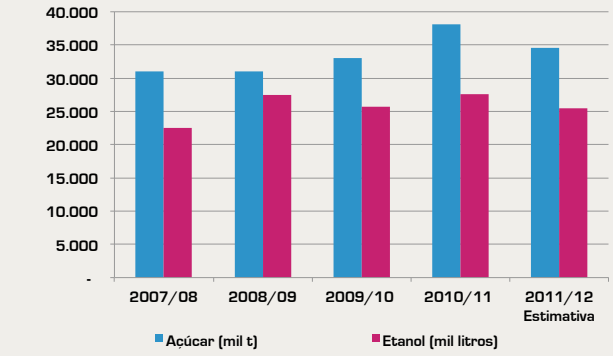
Nota: *o alojamento, e não a produção de pintos de corte, reflete o plantel que irá produzir carne
Fonte: Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco)

Brasil: produção de suínos



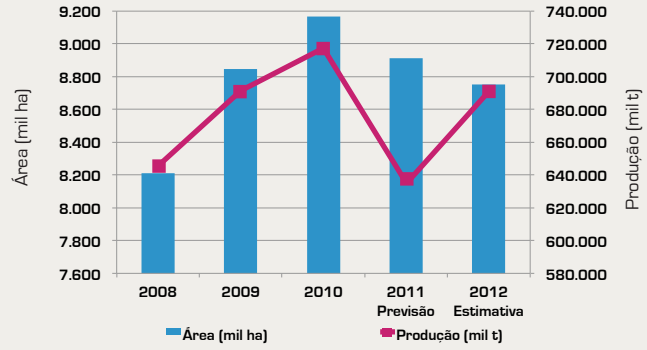
Fontes: IBGE; Abipecs

Brasil: produção de açúcar e etanol



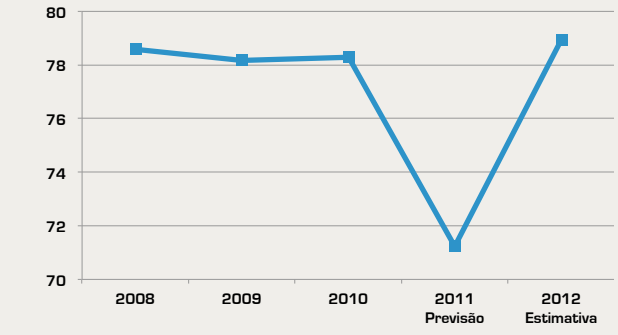
Fontes: Unica; Conab

Brasil: área e produção de cana-de-açúcar



Fonte: IBGE

Brasil: produtividade da cana-de-açúcar (t/ha)



Fonte: IBGE

COLOQUE NO ALGODÃO DO BRASIL O PESO DO SELO DE QUALIDADE DA MAIOR BOLSA DA AMÉRICA LATINA

CERTIFICADO DE BM&FBOVESPA QUALIDADE



LABORATÓRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE ALGODÃO BM&FBOVESPA. TRADIÇÃO, QUALIDADE E RECONHECIMENTO NA MESMA ETIQUETA.

Os laboratórios de Classificação de Algodão da BM&FBOVESPA têm quase 90 anos de tradição e credibilidade no mercado. Seguem rigorosamente as normas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - USDA e do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. Contam com profissionais altamente capacitados e tecnologia de última geração no controle de umidade e de temperatura e na análise de fibras, com equipamentos HVI Uster. A BM&FBOVESPA participa da definição dos padrões universais do algodão sob a liderança do USDA e é membro do Comitê para Cooperação Internacional entre as Associações de Algodão - CICCA. **BM&FBOVESPA. Coloque essa etiqueta no seu algodão.**

+11 2565 4440
+11 2565 4441
dco@bvmf.com.br

BM&FBOVESPA
A Nova Bolsa

agência3



NO MUNDO DOS NEGÓCIOS, CONTAR COM O CONHECIMENTO DA FGV PROJETOS É UMA EXCELENTE SOLUÇÃO.

FGV Projetos. Todo o conhecimento da FGV a seu favor.

Contar com a FGV Projetos é contar com o conhecimento gerado nas Escolas e Institutos da Fundação Getulio Vargas e ter à disposição os melhores profissionais do país. Afinal, a FGV não só forma os melhores profissionais, como também ajuda a formar as melhores organizações.

www.fgv.br/fgvprojetos

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS

Mais conteúdo, melhores soluções.